

EDITAL Nº 2080626/2026

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90007/26

Contratante	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ) - UASG 927919
Objeto	AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO COMO ARMÁRIOS, MESAS, CADEIRAS, GAVETEIROS E LONGARINAS)
Valor total da contratação	Orçamento sigiloso
Data da Sessão Pública	14/05/2026 - 11:00H
Critério de julgamento	MENOR PREÇO POR LOTE
Modo de disputa	Aberto
Preferência ME/EPP/equiparadas	Sim
Portal	www.compras.gov.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETO
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8. FASE DE HABILITAÇÃO
9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. REGISTRO DE PREÇOS
11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15. RECURSOS
16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
17. DISPOSIÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90007/26

1. INTRODUÇÃO

1.1. A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ), inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, torna público que, devidamente autorizada pelo **Subdefensor Público Geral de Gestão, FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, na forma do disposto no processo administrativo nº **E-20/001.006260/2025**, será realizada licitação para REGISTRO DE PREÇOS na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ nº 1202, de 19 de janeiro de 2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, Resolução DPGERJ nº 1246, de 29 de fevereiro de 2024, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente edital.

1.2. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no dia e hora indicados no início deste Edital, e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3. As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no portal da DPRJ (<https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Na forma do Art. 6, Inc. XXXVIII, combinado com o Inc. XLI da Lei Federal 14.133/21, o critério de julgamento escolhido para a contratação é o de "menor preço por lote", sendo o critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado por item.

2. OBJETO

2.1. O objeto deste pregão é o **registro de preços para AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO COMO ARMÁRIOS, ME CADEIRAS, GAVETEIROS E LONGARINHAS)** fim de atender às necessidades da DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO – DPRJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em Lotes, conforme constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2.3. O local e condições de recebimento do objeto licitado estão previstos nos itens 4 e 5 do Termo de Referência.

2.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso (art. 84 caput/ Lei 14.133/2021).

2.5. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será a contar da data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial eletrônico da DPRJ.

2.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços.

2.7. O FORNECEDOR deverá fazer a entrega de cada solicitação de compra de acordo com o quantitativo requerido e de acordo com os prazos estabelecidos nos itens 4 e 5 do Termo de Referência.

2.8. As quantidades estimadas estão descritas no Anexo 1B do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.8.1. É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

2.8.2. As quantidades dos itens indicadas no Termo de Referência são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pela DPRJ durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes, com exceção do quantitativo indicado no item denominado quantidade mínima.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação neste certame **NÃO** é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. A exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, busca fomentar a competitividade e possibilita maior participação de pequenos negócios, sem comprometer a vantajosidade econômica para a Administração.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (caso permitida a participação) mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio e cooperativas;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, preenchendo o Anexo IV deste Edital;
- 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, preenchendo o Anexo VI deste Edital.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação).
- 4.7. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.4 (subitens) ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 156, e neste Edital, podendo resultar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.12.2. apresentação de proposta com preço distinto para o mesmo item;
- 4.12.3. apresentação de proposta com quantitativo inferior ao total licitado e
- 4.12.4. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valores unitário e total do lote;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;

- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.1.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.1.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.1.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.1.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.1.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.1.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 6.1.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.1.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.1.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 6.1.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.1.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.1.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.1.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.1.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.1.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.1.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.1.11.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas (lances), serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/21.
- 6.1.11.7. Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei nº 14.133/21, será realizado sorteio das propostas (lances) empatadas a ser realizado no sistema Compras.gov.br.

6.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.2.1. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.2.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.2.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.2.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.2.6. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.2.7. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 6.2.7.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.2.7.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.2.7.3. Verificado o empate ficto, o(a) Pregoeiro(a) agendará o respectivo julgamento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante publicação de aviso no sistema Compras.gov, informando a data e horário do evento.
- 6.2.7.4. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no item anterior não engloba a convocação realizada imediatamente após a etapa de disputa de preços.
- 6.2.7.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.2.7.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.2.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.2.8.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.2.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.2.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.2.8.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.2.8.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.2.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Uma vez recebidos os documentos, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.1.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.8. Durante a fase de lances será informado o valor estimado pela administração, a fim de que todos os licitantes possam apresentar propostas dentro do valor estimado. Será informado, ainda, pelo pregoeiro o valor unitário máximo admitido para cada item, com vistas à adequação dos valores ofertados pelo licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação caso algum exceda o máximo admitido.
- 7.8.1. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos de habilitação são os indicados no item 9, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo V deste Edital
- 8.5. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.7.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.
- 8.8.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:
- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
 - b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
 - c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
 - d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - e) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/02, deverá mencionar, no Contrato Social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
 - g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o Estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa (caso permitida a participação).
- 9.2. **HABILITAÇÃO TÉCNICA**
- 9.2.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da sociedade empresária, que comprove(m) aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente aquisição, na forma do artigo 67, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021 que indiquem nome, função, endereço, telefone, e-mail contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pela DPRJ desde que reste demonstrado o fornecimento de no mínimo 20% (vinte por cento) da quantidade total de cada lote deste Termo de Referência considerando-se, cada um dos lotes dos Anexos em separado para fins de cálculo percentual.
 - b) Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, desde que seu somatório reste demonstrado o fornecimento de ao menos 20% (vinte por cento) da quantidade total de cada lote deste Termo de Referência.
 - c) O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar :
 - d) Laudo Técnico de conformidade ergonômica em atendimento à Norma Regulamentadora n.º 17 expedida por profissional competente, no que se refere ao **Lote 2**.
 - e) Certificado de conformidade a ABNT Armários e Gaveteiros ABNT NBR 13961:2010; Mesas de trabalho ABNT NBR 13966:2008; Cadeiras ABNT NBR 13962:2018 e ABNT NBR 9050:2020; Sofá ABNT NBR 15164:2004, dentro da validade, devendo constar no certificado as referências ou códigos dos

produtos.

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
 - c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
 - c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
 - c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- f) declaração de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, consoante art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Anexo IV deste Edital
- g) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disciplina o art. 63 §1º da Lei nº 14.133/21.
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme Anexo V deste Edital, relativo ao atendimento à lei 7.258/2016.

9.3.2. Na hipótese de cuidar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preço, caso se sagre vencedora na licitação.

9.3.2.1. Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

9.3.2.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

9.3.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos:

9.4.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso se trate de pessoa jurídica (Lei nº 14.133/21, art. 69, caput, inciso II), ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021);

9.4.1.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial;

9.5. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

9.5.1. Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do Anexo VI - Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, empresário individual e cooperativas (caso permitida a participação) enquadradas no art. 34, da lei nº 11.488, de 2007.

9.6. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

9.7. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo **Subdefensor Público Geral de Gestão**, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Defensor Público Geral na hipótese de existência de recursos.

9.8. Se o licitante desatender às exigências previstas neste item, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10. REGISTRO DE PREÇOS

10.1. CADASTRO DE RESERVA

10.1.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, sendo incluído, na respectiva ata, o registro dos que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

10.1.1.1. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote.

10.1.1.2. A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

10.1.2. Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:

- a) Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;
- b) Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

10.1.2.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea “b”, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

10.1.2.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a DPRJ realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

10.1.3. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto nos itens 8 e 9, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

10.1.4. O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do primeiro colocado na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- a) Cancelamento do registro do FORNECEDOR, quando este descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.
- b) Cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, causados por razão de interesse público ou a pedido do FORNECEDOR.

10.2. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.2.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado total ou parcialmente quando:

- a) Forem descumpridas as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

10.2.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do item 10.2.1 será formalizado por despacho da DPRJ, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

10.2.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10.3. ACEITAÇÃO DO OBJETO DA ATA

10.3.1. Executada a ata, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pela Ata de Registro de Preços.

10.3.3. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo estão definidos no item 4 do Anexo I – Termo de Referência.

11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023, quais sejam:

- 11.1.1. dar causa à inexecução parcial da Ata/contrato;
- 11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. não celebrar o Ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Ata/contrato;
- 11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Ata/contrato;
- 11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

11.2. O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos limites do art. 156, inciso III, §4º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos limites do art. 156, inciso IV, §5º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPGERJ 1202, de 19 de janeiro de 2023.
- 11.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, além da Resolução DPGERJ nº 1202/2023.
- 11.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no edital.
- 11.10. A aplicação das Sanções Administrativas (penalidades) devem observar também o exarado no item 12 do Termo de Referência.

12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de Licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: do endereço eletrônico nulic@defensoria.rj.def.br, até o final do último dia do prazo referido.
- 12.3.1. Tanto as respostas às impugnações quanto os pedidos de esclarecimentos serão divulgados no endereço eletrônico da DPRJ, www.defensoria.rj.def.br, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Não sendo interposto recurso, o Subdefensor Público Geral de Gestão adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Defensor Público Geral adjudicará e homologará o procedimento.
- 13.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Subdefensor Público Geral de Gestão, o licitante vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, serão convocados, eletronicamente, para a lavratura da Ata de Registro de Preços.
- 13.2.1. O prazo para assinatura da ata é de 72 (setenta e duas) horas após convocação.
- 13.2.2. Na Ata de Registro de Preços são registrados os preços, os fornecedores, e as condições a serem praticadas, conforme definido neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência.
- 13.3. Como condição para a lavratura da Ata de Registro de Preços o vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão apresentar Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo VII, em atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.11.
- 13.4. Na hipótese de não atendimento do item 13.3, poderá a DPRJ proceder à convocação dos demais licitantes, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 90 §5º da Lei nº 14.133/2021.
- 13.5. Deixando o adjudicatário de lavrar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Subdefensor Público Geral de Gestão, poderá o pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1.
- 13.6. Uma vez formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1, serão os fornecedores convocados na ordem de classificação.
- 13.7. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 13.8. Em cumprimento ao previsto do art. 12, inciso II, da Resolução nº 914 de 28/12/2017 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o adjudicatário, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva se comprometem a proceder o imediato cadastro como usuário externo no sistema SEI! por meio do link "https://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0", clicando em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado", lendo atentamente o texto inicial apresentado e preenchendo o formulário em seguida. (dados solicitados)
- 13.8.1. Em seguida, os interessados deverão:
- 13.8.2. Baixar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade (https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Termo_de_Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Concord%C3%A3ncia_e_Veracidade.pdf);
- 13.8.3. Preencher e assinar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade;
- 13.9. O adjudicatário e os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta melhor classificada deverão optar entre encaminhar a documentação por via:
- 13.9.1. **Postal**, para o endereço: Av. Marechal Câmara, 314 - Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080), com os seguintes documentos:
- a) Original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade preenchido e assinado;
- b) Cópia autenticada em cartório do documento de identificação civil no qual conste CPF.
- 13.9.2. **Eletrônica**, para o endereço eletrônico: codoc@defensoria.rj.def.br, com cópia para nucont@defensoria.rj.def.br, com o seguinte documento:
- a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade original (digital) preenchido e assinado eletronicamente pelo próprio usuário externo, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2011 ou norma que venha a substituí-la. Neste caso, fica dispensada a apresentação do documento de identidade, uma vez que a autenticidade da assinatura será verificada pela validação da cadeia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
- 13.9.3. Na hipótese do item 13.9.2 - quando o documento for enviado por meio eletrônico (sem assinatura com certificado digital) -, a Coordenação de Gestão Documental estará autorizada a validar o cadastro do usuário externo desde que conste em processo eletrônico do SEI da DPRJ a seguinte documentação:
- a) Termo de declaração de concordância e veracidade original preenchido;
- b) Cópia de identidade;
- c) Documento no SeI assinado por usuário servidor ou defensor público da DPRJ, indicando que os documentos apresentados pelo usuário conferem com o original.
- 13.9.4. Para os membros de Entidades Públicas Federal, Estadual ou Municipal, a autenticidade do documento de identidade poderá ser suprimida mediante a apresentação da cópia de Ato de investidura do agente público na administração.
- 13.10. Verificar se os dados preenchidos estão corretos, confirmar e aguardar o recebimento do e-mail de confirmação;

13.10.1. Enviar o termo assinado junto com a cópia da identidade encaminhados de forma digital (digitalizado) para o e-mail codoc@defensoria.rj.def.br com cópia para nucont@defensoria.rj.def.br.

13.11. O atendimento ao disposto no item 13.8 é condição indispensável para assinatura do contrato e/ou Ata de Registro de Preços com a DPRJ, devendo o cadastro ser realizado em até 03 (três) dias úteis da notificação, sob pena de se considerar recusa em assinar o instrumento.

13.12. Para fins de cumprimento das obrigações decorrentes das Atas de Registro de Preço, todas as notificações ao FORNECEDOR serão efetuadas no(s) endereços de e-mail cadastrado no sistema SEI! nos termos do item 13.8, inclusive notificações decorrentes de procedimentos destinados a apurar falhas na execução do objeto da ata visando a eventual aplicação de penalidades administrativas.

13.13. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter o cadastro acima mencionado atualizado, devendo informar por escrito, quaisquer alterações do endereço de e-mail cadastrado para fins de recebimento de notificações.

13.14. As notificações às licitantes e adjudicatárias serão efetuadas no endereço de e-mail cadastrado no Compras.Gov; inclusive as decorrentes de procedimentos destinados a apurar a responsabilidade destes nos termos dos art. 90 §5º da Lei nº 14.133/2021, visando à aplicação de penalidade administrativa.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será à vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de até 30 dias corridos a contar da atestação da fatura referente ao fornecimento, desde que seja apresentada com todos os documentos pertinentes à sua instrução e comprovação do cumprimento da obrigação.

14.2. Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da contratada no Bradesco (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.

14.3. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

14.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura/Nota Fiscal por culpa do FORNECEDOR, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

14.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao FORNECEDOR, sofrerão a incidência de atualização financeira com base no IPCA, nos termos do art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021, e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die. Aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês pro rata die.

14.6. O FORNECEDOR deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

14.7. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

14.8. A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.

14.9. Do montante devido à CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

15. RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.defensoria.rj.def.br.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 449052

FONTE: 1.760.232 - Recursos Próprios / FUNDPERJ

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da DPRJ, <https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
Anexo I A (TR)	Especificação Técnica
Anexo I B (TR)	Quantidades
ANEXO II	Proposta Detalhe
ANEXO III	Ata de Registro de Preços
Anexo I (Ata)	Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços
Anexo II (Ata)	Cadastro de Reserva
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal
ANEXO V	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto na Lei 7.258/2016
ANEXO VI	Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO VII	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
ANEXO VIII	Declaração de Inexistência de Penalidade
ANEXO IX	Modelo de Declaração em Atendimento ao § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021
ANEXO X	Documento de Oficialização de Demanda (DOD)
ANEXO XI	Estudo Técnico Preliminar (ETP)
ANEXO XII	Análise de Riscos



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 27/04/2026, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2080626** e o código CRC **7CCBAE3C**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL

O DOCUMENTO ENCONTRA-SE AO FINAL DO

ANEXO I A DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

EDITAL

O DOCUMENTO ENCONTRA-SE AO FINAL DO

ANEXO I B DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II
PROPOSTA DETALHE

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE				ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 90007/26 A Realizar-se: 14/05/2026, às 11:00H Processo nº E-20/001.006260/2025				
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL.				CARIMBO DA FIRMA				
Lote	ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (CATMAT)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	MARCA/MODELO	PREÇO (R\$)	
							UNIT.	TOTAL
1	01	485440	ARMÁRIO ALTO FECHADO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	25			
	02	479932	GAVETEIRO VOLANTE 3 COMPARTIMENTOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	120			
	03	445682	MESA RETANGULAR DE 1,00 METRO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	130			
	04	485842	MESA RETANGULAR DE 1,20 METRO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	190			
	05	234879	MESA RETANGULAR DE 1,50 METRO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	60			
	06	604575	MESA REFEITÓRIO 4 LUGARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	10			

	07	483357	MESA REFEITÓRIO 6 LUGARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	10			
	08	460897	MESA REDONDA 1,20 METRO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	20			
2	01	458808	CADEIRA FIXA - ASSISTIDOS (AS) CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	700			
	02	331416	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA - SERVIDORES (AS) CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	500			
	03	602320	CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR - DEFENSORES (AS) CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	180			
	04	364039	LONGARINA EM 3 LUGARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	90			
<p>Observações</p> <p>1ª A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <p>- ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;</p> <p>- conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.</p> <p>2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p> <p>4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II.</p>				<p>Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência</p> <p>Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis.</p> <p>Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em ____/____/____.</p> <p>FIRMA PROPONENTE</p>				
DATA / /				FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE			ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 90007/26 A Realizar-se: 14/05/2026, às 11:00H Processo nº E-20/001.006260/2025		
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ , pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL			CARIMBO DA FIRMA		
	NÚMERO DE ESTOQUE		UNID.	QTD	PREÇO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO			UNIT.	TOTAL
	DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE: Banco (Nome/Número) Ag. (Nome/número) Conta Corrente nº: INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ CNPJ: 31.443.526/0001-70 INSC. ESTADUAL: ISENTO END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080.				
Observações 1ª A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais. 2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente. 4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II.		Prazo para execução: Conforme ANEXO I. Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local para execução: Conforme Edital e ANEXO I. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. <div>Em: / /</div>			
DATA / /		FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL			

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90007/26

ATA DE AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO COMO ARMÁRIOS, MESAS, CADEIRAS, GAVETEIROS E LONGARINAS) PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ, E O FORNECEDOR ABAIXO INDICADO.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ), inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, representada neste ato pelo **Subdefensor Público Geral de Gestão, FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, a sociedade empresária situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** na forma do disposto no processo administrativo nº **E-20/001.006260/2025** que será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ nº 1202/2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, Resolução DPGERJ nº 1246, de 29 de fevereiro de 2024, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente edital, do instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO COMO ARMÁRIOS, MESAS, CADEIRAS, GAVETEIROS E LONGARINAS)**, conforme as especificações contidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital e na Proposta de Preços - Anexo II do Edital, assim como, as informações reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I - Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro: A contratação com o **FORNECEDOR** registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **DPRJ** de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quarta, com exceção da quantidade mínima prevista no Anexo 1 B do Termo de Referência (Anexo I do Edital) que será necessariamente adquirida.

Parágrafo Segundo: A lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação dos itens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto da contratação, desde que devidamente justificada, sendo assegurada preferência ao **FORNECEDOR** registrado em igualdade de condições, assim como ao **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, na forma da cláusula décima quinta.

Parágrafo Terceiro: A Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada na página eletrônica da **DPRJ**, assim como, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizada durante a sua vigência.

Parágrafo Quarto: Não será admitida a adesão à ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS LOCAIS DE ENTREGA

CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO

As quantidades estimadas para a contratação estão descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

a) previsão de aquisição pela **DPRJ**: Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Parágrafo Primeiro: As quantidades dos itens indicadas na alínea “a”, do *caput* desta cláusula, são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pela **DPRJ** durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo: Não obstante a estimativa da previsão de aquisição descrita na alínea “a”, do *caput* desta cláusula, ao longo da validade da Ata de Registro de Preços, as quantidades mínimas estabelecidas no Anexo 1 B do Termo de Referência (Anexo I do Edital) serão adquiridas.

Parágrafo Terceiro: É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE ENTREGA

O FORNECEDOR deverá fazer a entrega de cada solicitação de compra de acordo com o quantitativo requerido e de acordo com os prazos e condições estabelecidas nos itens 4 e 5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

O preço unitário de cada item registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços. Após a renovação de prazo da Ata de Registro de Preços na forma da Cláusula Sétima, Parágrafo único deste documento, mediante negociação entre as partes e após formalização do pedido pelo FORNECEDOR os preços registrados poderão ser reajustados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a aplicação da variação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) ou em outro índice setorial que venha porventura a substituí-lo, ocorrida nos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro: O preço unitário de cada item engloba todas as despesas relativas ao objeto da ata, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento será considerada.

Parágrafo Segundo: O objeto deverá estar coberto por garantia total sobre quaisquer defeitos de fabricação.

Parágrafo Terceiro: Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo a **DPRJ** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Quarto: Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **DPRJ** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Quinto: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo Sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, a **DPRJ** poderá:

a) liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os **FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA**, mencionados na cláusula décima quinta, para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sétimo: Não havendo êxito nas negociações, a **DPRJ** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, a contar da publicação do extrato deste instrumento no D.O. eletrônico da **DPRJ**.

Parágrafo primeiro: O prazo da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, uma única vez por igual período, mediante justificativa técnica formal da área competente e comprovação de que os preços registrados continuam vantajosos à Administração, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação não implica renovação automática dos quantitativos remanescentes.

Parágrafo segundo: Renovando-se o prazo, o quantitativo inicialmente registrado também poderá ser renovado, zerando o saldo remanescente.

CLÁUSULA OITAVA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 449052

FONTE: 1.760.232 - Recursos Próprios / FUNDPERJ

CLÁUSULA NONA: CONTRATAÇÃO PELA DPRJ

Compete à **DPRJ** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro: A contratação realizada pela **DPRJ** será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: A **DPRJ** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder a consulta aos Cadastros de Fornecedores penalizados, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

Executada a ata, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: As condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência - Anexo I do Edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual.

Parágrafo Segundo: A execução da ata será acompanhada por gestor designado pela **DPRJ**.

Parágrafo Terceiro: Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo estão definidos no item 4 do Anexo I – Termo de Referência.

Parágrafo Quarto: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da ata não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução da ata.

Parágrafo Quinto: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão da **DPRJ**.

Parágrafo Sexto: Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constante no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da notificação enviada para o e-mail, da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Sétimo: O fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Oitavo: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade do **FORNECEDOR**, nem o exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados pela **DPRJ**, à vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de até 30 dias corridos a contar da atestação da fatura/Nota Fiscal referente ao fornecimento, desde que seja apresentada com todos os documentos pertinentes à sua instrução e comprovação do cumprimento da obrigação.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da contratada no Bradesco (instituição financeira contratada pela **DPRJ**), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.

Parágrafo Segundo: O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.

Parágrafo Terceiro: Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

Parágrafo Quarto: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quinto: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **DPRJ**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*.

Parágrafo Sexto: O **FORNECEDOR** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

Parágrafo Sétimo: Do montante devido a CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

Parágrafo Oitavo: A **DPRJ** não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA DPRJ

Constituem obrigações da **DPRJ**:

- efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços;
- entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente ata;
- exercer a fiscalização da execução do objeto;
- receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital e na ata, se houver;
- Além das previstas no item 11 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Constituem obrigações do **FORNECEDOR**:

- entregar o objeto, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços;
- entregar o objeto da ata sem qualquer ônus para a **DPRJ**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto da ata;
- comunicar ao Fiscal da ata, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **DPRJ** ou terceiros;
- deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da **DPRJ** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução da Ata de Registro de Preços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de Lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela **DPRJ** a tais documentos.
- Além das previstas no item 10 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Parágrafo Único: Não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos produtos adquiridos que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESPONSABILIDADE

O **FORNECEDOR** é responsável por danos causados à **DPRJ** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CADASTRO DE RESERVA

Fazem parte do Cadastro de Reserva os fornecedores que aceitaram reduzir, na licitação, seus preços ao valor da proposta mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, conforme informações reunidas no Anexo II - Cadastro de Reserva.

Parágrafo Primeiro: Estão registrados na Ata de Registro de Preços, após o registro dos preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva, ora designado **FORNECEDOR**, os preços e quantitativos dos que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual aquele, ora designado **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, segundo os critérios do Edital.

Parágrafo Segundo: A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a **DPRJ** realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

Parágrafo Terceiro: O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do **FORNECEDOR** na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

a) cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, quando este descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, causado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;
- b) não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único: O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do *caput* será formalizado por despacho da **DPRJ**, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do **FORNECEDOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro: Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial da Ata/contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o Ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Ata/contrato;
- i) fraudar a licitação eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do Ata/contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - j.1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Parágrafo Segundo: O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta da alínea "a" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta, por qualquer das infrações das alíneas "a" a "l" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "g" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "l" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Parágrafo Terceiro: Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Quarto: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Sexto: A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Sétimo: A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPRJ n.º 1202, de 19 de janeiro de 2023.

Parágrafo Oitavo: A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo Nono: A aplicação das Sanções Administrativas (penalidades) devem observar também o exarado no item 12 do Termo de Referência.

Parágrafo décimo – A apuração das infrações às cláusulas do contrato e edital observará o contraditório e a ampla defesa e seguirá o procedimento previsto na Resolução DPGE 1.202 de 18 de janeiro de 2023

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ão) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, a presente é assinada eletronicamente pelas partes.

ANEXO I (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / DPRJ:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO COMO ARMÁRIOS, MESAS, CADEIRAS, GAVETEIROS E LONGARINAS)

FORNECEDOR:

LOTE/ITEM:

LOTE	ITEM	CATMAT	BEM / MATERIAL /PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA*	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO

ANEXO II (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

CADASTRO DE RESERVA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO COMO ARMÁRIOS, MESAS, CADEIRAS, GAVETEIROS E LONGARINAS)

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 1: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 2: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 3: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

Lote/Item:

Fornecedor	Item

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº PE 90007/26, promovido por essa DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, que a empresa (Nome Completo) – CNPJ nº , com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezeses) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, de de .
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO À LEI 7.258/2016

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/26, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a firma _____ (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende ao disposto na Lei 7.258/2016, apresentando um efetivo de _____ empregados

Local, _____ de _____ de _____
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(razão social do licitante) inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/26, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro também, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do artigo 4º, § 2º da Lei Nº 14.133/21.

..... (data)
..... (representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa. Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital nº 90007/26, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, de de .
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data

À Comissão de Pregão a/c Sr. Pregoeiro (a)

Referente ao Pregão Eletrônico DPRJ nº 90007/26

_____, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na(endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº, portador(a) da cédula de identidade nº, expedida por, DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO § 1º, ART. 63 DA LEI FEDERAL 14.133/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90007/26**, promovido por esta DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-080, que a empresa (Nome Completo), CNPJ nº, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021.

Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ANEXO X

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD)

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.006260/2025

1. Identificação da demanda:

A presente demanda visa a garantir a continuidade e a regularidade das atividades operacionais da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), mediante o atendimento célere e eficiente às necessidades de substituição de bens permanentes. A manutenção de uma disponibilidade estratégica é imprescindível para fazer frente às situações decorrentes do desgaste natural dos bens, ao suporte logístico para a instalação de novas unidades, bem como para suprir demandas emergenciais ocasionadas por movimentações internas ou ampliações estruturais da Instituição.

Trata-se de medida de gestão patrimonial voltada à preservação dos padrões de funcionalidade exigidos nos ambientes de trabalho, assegurando a plena capacidade de resposta da DPRJ diante de variações na demanda e evitando a interrupção ou comprometimento dos serviços prestados à população.

2. Justificativa para a demanda:

A necessidade identificada fundamenta-se em criterioso monitoramento realizado pela Coordenação de Patrimônio (COPAT), com base na análise volumétrica das ordens de serviço atendidas nos exercícios de 2022, 2023, 2024 e 2025. Foram consideradas as sazonalidades historicamente verificadas, bem como o cronograma de obras e reformas planejado pela Diretoria de Engenharia, visando a alinhar a capacidade de atendimento às decisões de gestão da Administração Superior.

A motivação ampara-se nos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público. O contexto fático demonstra a necessidade de manter o lastro operacional para (I) suprir a obsolescência de itens sem possibilidade de reparo; (II) viabilizar a adequada ambientação de novas sedes e espaços reformados; (III) atender à expansão da força de trabalho na Instituição; e (IV) garantir reserva técnica para reposições imediatas.

Ademais, a demanda considera as diretrizes de sustentabilidade institucional (COSUSTEN) e a política de modernização dos ambientes, que preveem ajustes na dinâmica de devolução e redistribuição de bens, exigindo uma gestão de estoque adaptável e condizente com as projeções de ocupação e uso dos espaços administrativos e de atendimento.

3. Demonstrativo de que a contratação está prevista no PCA

Está prevista no plano de contratação anual de 2026 (E-20/001.004545/2025, fls. 3/4, documento id. 2000092).

4. Registro de histórico e previsão de prazo para finalização do processo de contratação

Considerando o cenário de 2026, com o aumento da demanda por ordens de serviço represasdas, as variações sazonais, as obras e reformas previstas pela Engenharia, a gestão patrimonial, sob a responsabilidade da COPAT, enfrentará desafios significativos. Nesse contexto, importante ressaltar que não há mais possibilidade de prorrogação das Atas dos processos E-20/001.000975/2024 e E-20/001.000976/2024, que possuem vigência até fevereiro/26, não sendo suficientes, portanto, para atender à crescente demanda e garantir um atendimento eficaz às necessidades operacionais, tendo em vista que houve a entrega de quase a totalidade dos bens requisitados.

ITEM	HISTÓRICO DE CONSUMO	UNIDADE	CONSUMO EM 2023 ^[1]	CONSUMO EM 2024 ^[2]	CONSUMO EM 2025 ^[3]	MÉDIA DE CONSUMO	SALDO ESTOQUE EM 21.01.2026	Saldo das Atas até 17.02.2026 (itens 1 a 10) e até 22.02.2026 (itens 11 a 14)	QUANTIDADE INICIAL À LICITAR	ESTOQUE DE SEGURANÇA 20%	QUANTIDADE GLOBAL (AJUSTADA) PARA LICITAR
1	ARMÁRIO ALTO FECHADO DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 900 MM X 1600 MM X 490 MM	Unid.	59	92	87	80	59	0	21	25	25
2	ARMÁRIO ALTO SEMIABERTO DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 900 MM X 1600 MM X 490 MM	Unid.	52	19	26	33	61	0	-61	-77	0
3	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS, DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 900 MM X 750 MM X 500 MM	Unid.	20	83	102	68	23	100	-66	-79	0
4	GAVETEIRO VOLANTE 3 GAVETAS - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 460 MM X 700 MM X 450 MM ^[4]	Unid.	32	106	159	100	0	18	100	120	120
5	MESA RETANGULAR - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1000 X 740 MM X 600 MM	Unid.	140	219	214	191	25	50	106	127	130
6	MESA RETANGULAR - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1200 X 740 MM X 600 MM	Unid.	229	209	104	180	0	0	160	192	190
7	MESA RETANGULAR - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1500 X 740 MM X 600 MM	Unid.	61	53	20	45	0	0	49	59	60
8	MESA DE REFEITÓRIO COM 4 LUGARES - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1400 MM X 720 MM X 800 MM	Unid.	0	1	11	4	4	0	1	1	10 ^[5]

ITEM	HISTÓRICO DE CONSUMO	UNIDADE	CONSUMO EM 2023 ^[1]	CONSUMO EM 2024 ^[2]	CONSUMO EM 2025 ^[3]	MÉDIA DE CONSUMO	SALDO ESTOQUE EM 21.01.2026	Saldo das Atas até 17.02.2026 (itens 1 a 10) e até 22.02.2026 (itens 11 a 14)	QUANTIDADE INICIAL À LICITAR	ESTOQUE DE SEGURANÇA 20%	QUANTIDADE GLOBAL (AJUSTADA) PARA LICITAR
9	MESA DE REFEITÓRIO COM 6 LUGARES - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 2000 MM X 720 MM X 800 MM	Unid.	0	0	3	1	0	0	0	0	10 ^[6]
10	MESA REDONDA (Reunião) - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1200 MM X 740 MM X 25 MM	Unid.	26	17	10	18	0	0	18	22	20
11	CADEIRA DE ASSISTIDO - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 540 MM X 810 MM X 540 MM	Unid.	918	507	367	600	5	0	624	749	700 ^[7]
12	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA SERVIDOR - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 600-660 MM X 965-1160 MM X 660-840 MM	Unid.	415	536	471	474	10	0	450	540	500
13	CADEIRA GIRATORIA DIRETOR DEFENSOR - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 600-660 MM X 1065-1250 MM X 660-970 MM	Unid.	146	82	94	186	2	0	184	221	180
14	LONGARINA ACOLCHOADA 3 LUGARES - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1530 MM X 815 MM X 515 MM	Unid.	233	177	144	200	30	85	75	90	90

5. Previsão de elementos indispensáveis

Embora a definição da solução final caiba às etapas subsequentes de planejamento (ETP), a Coordenação de Patrimônio identifica os seguintes aspectos técnicos e operacionais como **indispensáveis** para o sucesso de qualquer modelo de atendimento escolhido:

- **Padronização de Interface:** É imperativo que os bens possuam compatibilidade estética e dimensional com o padrão já estabelecido nas unidades da DPRJ (conforme será registrado no Anexo do Termo de Referência), visando permitir o remanejamento e a intercambialidade de componentes entre as sedes.
- **Logística de entrega:** O modelo deve suportar entrega no Depósito da Instituição, localizado em São Cristóvão, sendo indispensável que a logística contemple a montagem no caso de cadeiras e longarinas.
- **Certificações de Desempenho:** Independentemente do modelo de contratação, os bens devem observar rigorosamente os parâmetros da **NR-17 (Ergonomia)** e as normas da **ABNT** para mobiliário corporativo, dado o uso intensivo (mínimo de 8h diárias) e a necessidade de mitigação de passivos de saúde ocupacional.
- **Resiliência de Materiais:** Em função da alta rotatividade de usuários (especialmente nas áreas de atendimento ao assistido), os materiais devem possuir alta resistência a impactos, facilidade de higienização e superfícies que não favoreçam a proliferação de microrganismos.
- **Garantia e Suporte:** É indispensável a previsão de assistência técnica no Depósito da Instituição, uma vez que a retirada de mobiliário para conserto em fábrica inviabiliza o funcionamento dos postos de trabalho e gera custos logísticos extraordinários.

6. Indicação dos servidores que serão designados para a Fiscalização da Ata e seus substitutos:

Nome e ID Funcional:
Fabio Henrique Gomes de Oliveira Id: 99980858-3(Titular)
Leticia Silva Suhett Id: 5081394-3 (Titular)
Karuline Malafaia da Silva Id: 50874231-0 (Suplente)

Responsável pela formalização da demanda:	Local e data:
Nome: Karuline Malafaia da Silva Id. Funcional: 50874231-0	Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2026.

ANEXO XI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (ETP)

O DOCUMENTO ENCONTRA-SE AO FINAL DO EDITAL

ANEXO XII
ANÁLISE DE RISCOS

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2026.

Referência: Processo Administrativo nº E-20/001.006260/2025

INTRODUÇÃO
<p>A Análise de Riscos consiste na definição do conjunto de eventos, externos ou internos, que podem impactar (positiva ou negativamente) a contratação.</p> <p>Assim, o documento deve descrever e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser contidas e tratadas, razão pela qual, quando da elaboração, deve ser analisado pela área demandante, todo o procedimento que dá azo à contratação e a execução do contrato. Nele deverá conter:</p> <p>I - identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;</p> <p>II - avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;</p> <p>III - tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;</p> <p>IV - para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e</p> <p>V - definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.</p>

1 – RISCOS DA FASE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Risco 01:	Fracasso do certame em razão de preço de referência subestimado	
Probabilidade:	Baixa	
Id	Dano	Impacto
1.	Caso a seleção reste infrutífera, devido ao baixo preço de referência, poderá provocar licitação deserta ou fracassada.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realização de pesquisa a fornecedores e utilização de preço mediano, desprezando-se a influência de valores extremamente altos ou baixos.	NUPEMC
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisão dos preços e republicação do Edital.	NUPEMC/NULIC

Risco 02:	Elaboração insuficiente do Termo de Referência	
Probabilidade:	Média	
Id	Dano	Impacto
1.	Caso a especificação esteja incompleta ou inadequada, pode comprometer a correta compreensão do objeto pelos fornecedores, gerando propostas incompatíveis com as necessidades da Administração.	Alto
2.	Incompatibilidade funcional ou estética entre os novos itens e o mobiliário já existente no estoque, gerando prejuízo à padronização e ao layout.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Detalhamento técnico rigoroso, exigindo padrões de cores e escalas compatíveis com o que os bens já existentes em estoque e utilizados pela Instituição, com o apoio de equipe técnica especializada, garantindo clareza, precisão e alinhamento às reais necessidades do órgão.	Órgão demandante/NUPE
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisão imediata do Termo de Referência e republicação do edital, se necessário.	COPAT/NUPE/NULIC

Risco 03:	Inadequação do objeto frente à necessidade da Administração	
Probabilidade:	Baixa	
Id	Dano	Impacto
1.	Caso o objeto definido esteja desalinhado com a necessidade administrativa, poderá haver desperdício de recursos públicos ou não atendimento do interesse público.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realização de Estudo Técnico Preliminar com análise detalhada da demanda, viabilidade e alternativas de solução, analisando o inventário de saldo remanescente para justificar o quantitativo da nova contratação.	Órgão demandante
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisão do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência com reavaliação das alternativas de solução, promovendo nova análise técnica da necessidade e eventual replanejamento da contratação.	Órgão demandante/NUPE

Risco 04:	Ausência de parcelamento do objeto quando técnica e economicamente viável	
Probabilidade:	Baixa	
Id	Dano	Impacto
1.	Pode gerar restrição à competitividade e dificultar a participação de fornecedores de menor porte, em desacordo com os princípios da economicidade e isonomia.	Médio
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Análise prévia da possibilidade de parcelamento, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021, promovendo maior competitividade e economicidade.	Órgão demandante

Ação de Contingência		Responsável
1.	Revisão do Termo de Referência e republicação com novo fracionamento, quando cabível.	COPAT/NULIC

2 – RISCOS DA FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
Risco 05:	Impugnações ao edital devido a inconsistências técnicas	
Probabilidade:	Média	
Dano		Impacto
1.	Eventuais falhas no edital ou no Termo de Referência podem ensejar impugnações, atrasando a continuidade do certame e comprometendo o cronograma da contratação.	Médio
Ação Preventiva		Responsável
1.	Revisão detalhada dos documentos editalícios e do Termo de Referência, visando garantir conformidade legal e técnica.	NULIC
Ação de Contingência		Responsável
1.	Adoção das correções apontadas nas impugnações e reabertura de prazos, quando necessário.	COPAT/NULIC

Risco 06:	Exigências documentais excessivas que restrinjam a competitividade	
Probabilidade:	Média	
Dano		Impacto
1.	Exigência excessiva de declarações pode limitar a competitividade, afastar fornecedores e resultar em licitação deserta ou fracassada.	Médio
Ação Preventiva		Responsável
1.	Adoção de modelo padronizado de exigências, com revisão jurídica e alinhamento ao princípio da razoabilidade.	NULIC
Ação de Contingência		Responsável
1.	Retificação do edital com eliminação ou simplificação de exigências excessivas, seguido de nova publicação.	NULIC

Risco 07:	Solicitação desnecessária de amostras sem justificativa técnica	
Probabilidade:	Baixa	
Dano		Impacto
1.	Exigência indevida de amostra pode resultar em impugnações ou desinteresse de fornecedores, comprometendo a competitividade.	Alto
Ação Preventiva		Responsável
1.	Verificação da real necessidade da amostra no processo de seleção, de forma justificada no Termo de Referência.	Órgão demandante
Ação de Contingência		Responsável
1.	Retirada da exigência, com justificativa e readequação do instrumento convocatório.	NULIC

3 – RISCOS DA FASE DE EXECUÇÃO: GESTÃO DO CONTRATO		
Risco 08:	Atrasos na entrega do objeto contratado ou na execução dos serviços	
Probabilidade:	Média	
Dano		Impacto
1.	Atrasos podem comprometer o atendimento à necessidade administrativa e impactar negativamente o funcionamento do órgão.	Alto
Ação Preventiva		Responsável
1.	Monitoramento dos prazos do contrato e acompanhamento sistemático da execução contratual	Gestor do contrato
Ação de Contingência		Responsável
1.	Aplicação do ANS/IMR e replanejamento das atividades impactadas.	Equipe de Fiscalização

Risco 09:	Inexecução total ou parcial do contrato pelo fornecedor	
Probabilidade:	Média	
Dano		Impacto
1.	A inexecução pode levar à paralisação de atividades essenciais, prejuízo ao interesse público e necessidade de nova contratação.	Alto
Ação Preventiva		Responsável
1.	Análise da capacidade técnica e financeira do fornecedor durante a fase de habilitação.	COPAT/CONTAB
Ação de Contingência		Responsável
1.	Rescisão contratual e convocação dos demais classificados ou nova contratação emergencial, conforme legislação.	Equipe de fiscalização/NUCONT

Risco 10:	Fiscalização ineficaz por ausência de designação formal ou capacitação adequada	
Probabilidade:	Baixa	
Dano		Impacto
1.	Pode resultar em descumprimento de cláusulas contratuais, pagamentos indevidos e baixa qualidade na execução.	Alto
Ação Preventiva		Responsável
1.	Designação formal de fiscais e treinamento prévio quanto às responsabilidades da fiscalização.	Secretária da Pasta/Demandante
Ação de Contingência		Responsável
1.	Substituição de fiscais inativos e intensificação do monitoramento das obrigações contratuais.	Secretário da Pasta/Demandante

4 - RISCOS ESPECÍFICOS DE LOGÍSTICA E ESTOQUE		
Risco 11:	Deterioração física, acúmulo de sujidade ou danos estruturais aos itens de mobiliário já existentes no estoque e aos novos itens durante o período de armazenamento.	
Probabilidade:	Média	
Dano		Impacto
1.	Perda de patrimônio público e necessidade de reparos antes mesmo do uso.	Alto

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Verificação periódica das condições do almoxarifado (umidade, ventilação e empilhamento) e priorização da saída dos itens novos com data de entrada mais antiga.	Demandante
2.	Monitoramento contínuo do saldo de estoque reportado para garantir que a nova contratação apenas complemente as lacunas existentes sem gerar excesso de estocagem de bens novos.	Demandante
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Manutenção corretiva dos itens avariados ou descarte, de forma ampla, caso o custo de reparo seja antieconômico.	Demandante

Risco 12:		Perda de garantia de fábrica sem a efetiva instalação do bem	
Probabilidade:		Alta	
Id	Dano	Impacto	
1.	Término do prazo de garantia contratual enquanto o móvel ainda está estocado, impossibilitando assistência técnica por vícios ocultos.	Muito Alto	
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Gestão do plano de utilização dos equipamentos para que instalação ocorra dentro do prazo de garantia; registro detalhado das datas das entregas por cada item.	Demandante	
2.	Monitoramento contínuo do saldo de estoque reportado para garantir que a nova contratação apenas complemente as lacunas existentes sem gerar excesso de estocagem de bens novos.	Demandante	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Execução de reparos pelos colaboradores ou eventual contratação de serviço de manutenção por terceiros.	Demandante	

TERMO DE REFERÊNCIA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.006260/2025

1. OBJETO

1.1. O presente procedimento licitatório destina-se à **AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES (MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO COMO ARMÁRIOS, MESAS, CADEIRAS, GAVETEIROS E LONGARINAS)** para atender às necessidades da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DPRJ** conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade premente de garantir a infraestrutura física adequada ao desempenho das funções institucionais da DPRJ. A demanda fundamenta-se nos seguintes pilares:

2.1.1. **Continuidade e Expansão:** Suporte logístico para o cronograma de instalação de novas sedes e reformas de unidades existentes, assegurando postos de trabalho imediatos para o corpo funcional (Defensores, Servidores e Residentes).

2.1.2. **Eficiência e Economicidade:** Substituição programada de mobiliário cujos componentes apresentam desgaste natural ou obsolescência, onde a manutenção corretiva demonstra-se antieconômica frente ao custo de reposição por bens de maior durabilidade e garantia tecnológica.

2.1.3. **Saúde e Dignidade:** Garantia de ambientes que observem rigorosamente as normas de ergonomia e segurança, mitigando riscos ocupacionais e proporcionando um atendimento digno e humanizado aos assistidos.

2.2. **Critérios de Sustentabilidade (Resolução DPGERJ 1249/2024):** A contratação incorpora medidas pragmáticas de sustentabilidade, exigindo-se:

2.2.1. **Gestão de Resíduos:** A obrigatoriedade de a contratada realizar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de todas as embalagens e resíduos gerados no ato da montagem, no caso específico das cadeiras e longarinas.

2.2.2. **Certificação de Origem:** Priorização de produtos fabricados com insumos de baixo impacto ambiental e madeira com certificação de procedência legal (FSC ou similar).

2.2.3. **Ciclo de Vida:** Exigência de padrões de durabilidade elevados, visando a redução da geração de resíduos sólidos por descarte prematuro de bens de baixa qualidade.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. As especificações técnicas dos mobiliários a serem fornecidos estão descritas no anexo 1A deste Termo de Referência.

3.2. As respectivas quantidades a serem fornecidas estão descritas no anexo 1B deste Termo de Referência.

3.3. Os produtos deverão ser apresentados em embalagens originais e lacradas de fábrica, as quais deverão constar a descrição técnica do produto, peso e dimensões, formas de armazenamento e

data de fabricação.

3.4. **Havendo divergências entre as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e as constantes no sistema “Compras.net”, SEMPRE prevalecerão as especificações constantes neste Termo.**

4. **RECEBIMENTO DO OBJETO / MODELO DE EXECUÇÃO**

4.1. **Modelo de Execução:** A entrega do mobiliário será realizada de forma **parcelada**, mediante a emissão de Notas de Empenho, por meio de Requisição formulada pela Coordenação de Patrimônio (COPAT), de acordo com a necessidade das unidades e o cronograma de reformas/expansão da DPRJ.

4.2. **Obrigações do Fornecedor quando da entrega:**

- O Fornecedor deverá agendar a entrega com no mínimo **02 (dois) dias úteis** de antecedência, através do e-mail `copat@defensoria.rj.def.br`.
- O transporte, descarregamento e a montagem completa dos itens, na eventualidade de sua necessidade, (incluindo nivelamento e ajustes finos) são de responsabilidade exclusiva do Fornecedor, que deverá fornecer equipe uniformizada e equipada com EPIs.
- Após a montagem, nos itens necessários, o Fornecedor deve realizar a remoção imediata de todas as embalagens, calços e resíduos, deixando o ambiente limpo e pronto para uso.

4.3. O mobiliário deverá ser entregue em perfeita condição de uso, conforme as condições e especificações descritas neste instrumento e em todos os seus Anexos, bem como na proposta de preços apresentada, dentro do horário de expediente da Contratante.

4.4. **Recebimento:** O recebimento dos bens processar-se-á nos termos do Art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

4.4.1. **Recebimento Provisório:** Realizado no ato da entrega e montagem, pelo fiscal técnico ou responsável pela unidade, para verificação sumária da quantidade e integridade física aparente dos bens.

4.4.2. **Recebimento Definitivo:** Ocorrerá em até **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante lavratura de termo circunstanciado, após inspeção detalhada da conformidade técnica (ergonomia, acabamento, estabilidade) e verificação da documentação fiscal.

4.5. **Rejeição do Objeto:** Caso o mobiliário apresente avarias, divergências técnicas ou montagem inadequada (quando necessária), o Fornecedor deverá promover a substituição ou correção no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sem qualquer ônus adicional para a DPRJ, sob pena de aplicação de sanções contratuais, a contar do dia subsequente ao envio do comunicado via E-mails.

4.6. O recebimento do mobiliário deverá estar condicionado à observância das condições e especificações técnicas. O mobiliário adquirido deverá ser novo, assim considerado de primeiro uso e estar devidamente acondicionado e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

4.7. Os produtos deverão ser entregues em perfeita condição de uso, conforme as condições e especificações.

4.8. O prazo de garantia e assistência técnica dos materiais, contra defeitos de fabricação e funcionamento, deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) meses a contar da data do recebimento definitivo do objeto.

4.9. Cada entrega será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Coordenação de Patrimônio da DPRJ e Coordenação de material, designado(s) para esse fim.

4.10. Será dado recebimento provisório e a aceitação definitiva será condicionada à conferência posterior ao fornecimento dos produtos, sobretudo no momento de abertura da embalagem original para sua primeira utilização.

4.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata e que venham a frustrar a Administração Pública.

- 4.12. O transportador deve ser instruído para apresentar um quantitativo de colaboradores para descarga compatível ao volume e quantidade dos produtos, sob pena de ocorrer devolução com todas as despesas oriundas do ato sob responsabilidade do Fornecedor.
- 4.13. O transportador deve ser informado de que, para que se realize a descarga, é necessário que seus colaboradores estejam devidamente munidos de EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, incluindo roupas adequadas ao trabalho (calça, bota, óculos de segurança e camisa).
- 4.14. O Fornecedor deverá fazer a entrega de cada solicitação de compra de acordo com o quantitativo requerido e no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 4.15. Os prazos estabelecidos no item acima começarão a contar A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL subsequente à data do envio da NOTA DE EMPENHO via e-mail.
- 4.16. O Fornecedor deverá se responsabilizar pela limpeza do local onde ocorrerão os serviços de entrega e montagem, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis a locais designados pela fiscalização. Nenhum material poderá ser deixado em áreas de circulação após às 17h.
- 4.17. Providenciar a remoção diária de materiais decorrentes dos serviços por sua conta. Os serviços de corte para ajuste de peças e componentes de mobiliário, com uso de ferramentas que causem ruídos (serra), produzam sujeira, ou emanem fortes odores (cola, pintura), deverão ser feitos em espaço apropriado para tal finalidade, a ser indicado pela DPRJ. Tal obrigação é decorrência da necessidade de se manter a qualidade do ar condicionado e a normalidade dos trabalhos nos ambientes próximos aos locais sob intervenção.
- 4.18. Sinalizar ou isolar (conforme o caso) convenientemente o local de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores ou a terceiros, adotando todas as medidas de prevenção de acidentes recomendadas pela legislação vigente.
- 4.19. Manter, por sua conta, profissionais para executar a limpeza das áreas onde serão instalados os mobiliários, removendo embalagens, peças e fulgens, de modo a minimizar transtornos à rotina, utilizando todos os instrumentos e produtos básicos necessários para o fim.
- 4.20. Cabe ao Fornecedor efetuar a entrega dos bens acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as quantidades exatas, indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, cor, dimensão, características adicionais, procedência e prazo de garantia.
- 4.21. O mobiliário será solicitado ao Fornecedor por meio de e-mail, a partir do envio da Nota de Empenho que seguirá em anexo por meio de formulário específico – NE, bem como formulário de requisição no qual conterá sua especificação, quantidade e local de entrega, quando o Fornecedor deverá manifestar seu recebimento eletrônico junto a CONTRATANTE.
- 4.22. Após a emissão e envio da Nota de Empenho pela Contratante dar-se-á início a contagem do prazo de entrega do mobiliário conforme item 5.2 deste Termo de Referência.
- 4.23. A execução de montagem do mobiliário, quando necessária, obedecerá rigorosamente:
- I - Às Normas e especificações constantes do presente Termo;
 - II - Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
 - III - Às Normas internacionais consagradas, na falta das Normas da ABNT;
 - IV - Às Normas da Contratante;
 - V - À Lei n.º 14.133 de 2021;
 - VI - Às Leis, normas e regulamentos, inclusive os de segurança pública, de empresas concessionárias de serviços públicos e do Corpo de Bombeiros Militar/RJ; e as disposições governamentais legais (pertinentes);
 - VII - Às demais condições e/ou exigências contidas no Edital e seus Anexos.
- 4.24. A quantidade de bens permanentes a serem montados logo após a entrega será definida de comum acordo entre a Contratante e a Contratada por meio de contato com a Coordenação de

Patrimônio da DPRJ.

4.25. A Contratante partirá do princípio de que o Fornecedor está ciente das condições de trabalho e quantitativos estimados, sendo certo que não serão aceitas, em hipótese alguma, reclamações advindas de dificuldades técnicas não previstas.

4.26. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a Coordenação de Patrimônio que se encontrará à disposição do Fornecedor, antes da confecção e montagem (caso necessária) do mobiliário.

4.27. Os serviços de montagem do mobiliário serão executados, preferencialmente, durante o horário de expediente, das 09 às 17 horas, podendo, a critério da DPRJ, ser deslocados para outros horários (noturno ou dias não úteis) caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos, sem ônus adicionais à Ata.

4.28. Correrá, por conta e risco da empresa, a substituição de materiais, peças e equipamentos em desacordo com as especificações e/ou considerados impróprios pela DPRJ.

4.29. Caso haja a recusa de algum material, peças ou equipamentos, a empresa deverá retirá-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data de comunicação que será realizada via e-mail.

4.30. A execução dos serviços de instalação e montagem deverá seguir, obrigatoriamente, as Especificações Técnicas constantes do Anexo 1A e 1B e os quantitativos constantes em cada Nota de Empenho.

5. LOCAL E PRAZO DE FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

5.1. As entregas e, eventualmente, montagens deverão ocorrer no seguinte endereço, observando o horário de expediente das **09h às 17h, de segunda a sexta-feira** :

- **Depósito Central (São Cristóvão):**Rua Senador Alencar, 220 - São Cristóvão - Rio de Janeiro/RJ. Cep.: 20921-430.

5.2. O prazo para entrega dos materiais é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do dia subsequente ao dia do envio da Nota de Empenho, por e-mail.

5.3. O Fornecedor deverá comunicar, formalmente, a Contratante com 2 (dois) dias úteis de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos produtos, e também formalizar a operação pelo e-mail institucional copat@defensoria.rj.def.br. Poderá haver necessidade de entrega aos sábados e/ou feriados, o que será previamente combinado.

5.4. O recebimento do mobiliário dar-se-á pela Coordenação de Patrimônio, que fará a verificação da sua conformidade com as condições e especificações descritas no Termo de Referência e em seus anexos e na proposta do fornecedor, de acordo com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2023, e serão recebidos:

a) **Provisoriamente:** no ato da entrega dos materiais, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes.

b) **Definitivamente:** em até 15 (quinze) dias úteis, após verificação da qualidade, quantidade e consequente aceite, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

5.5. Se, entre a data do recebimento provisório e o definitivo, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito ao Fornecedor, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação.

5.6. Se, após o recebimento definitivo, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito, o Fornecedor terá 10 (dez) corridos para sanar a situação.

6. ENQUANDRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

6.1. JUSTIFICATIVA DE OBJETO COMUM

6.1.1. Trata-se de aquisição de material cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital por meio de especificações usuais de mercado.

6.2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

6.2.1. O objeto enquadra-se como comum e será realizada licitação, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

6.3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

6.3.1. O critério de julgamento escolhido para a contratação é o de menor preço por lote, sendo o critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado por item.

7. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

7.1. A indicação da fonte de recursos orçamentários para a presente contratação, bem como sua disponibilidade, será definida e atestada pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, após realização da pesquisa de preços.

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado para esta contratação será previamente definido pelo Núcleo de Pesquisa de Mercado e Cotação da DPRJ, após realização de pesquisa de preços.

9. VIGÊNCIA

9.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, a contar da publicação do extrato deste instrumento no D.O. eletrônico da DPRJ.

9.2. O prazo do item 9.1 poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso (art. 84 caput/ lei 14.133/2021). Renovado o prazo, o quantitativo também será renovado, zerando o saldo remanescente, se houver.

9.3. Não será admitida adesão à ata de registro de preços.

10. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2. Fornecer os materiais dentro dos parâmetros de rotinas estabelecidos neste Termo de Referência e todos seus Anexos.

10.3. Responder por todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste Termo de Referência e seus Anexos.

10.4. Apresentar Nota Fiscal com o número de CNPJ qualificado no preâmbulo da Ata de Registro de Preço.

10.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos enquanto perdurar a vigência da garantia, sem qualquer ônus à Contratante. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

10.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento da Contratante.

10.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais

exigências legais para o exercício das atividades.

10.8. Dar ciência à Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato.

10.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução do contrato.

10.10. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

10.11. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha a causar durante a entrega e instalação do material (vidros, pisos, revestimentos), assumindo todo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura afetados, conferindo o padrão já adotado pela Contratante.

10.12. Entregar o mobiliário nas quantidades e prazos pactuados, de acordo com as exigências e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos.

10.13. Substituir, imediatamente e sem qualquer ônus para a Contratante, o mobiliário entregue em que for verificada divergência com as especificações descritas neste Termo de Referência e seus Anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

10.14. Arcar com as despesas decorrentes da entrega do material, bem como da sua devolução, caso não seja aceito pela Contratante.

10.15. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados.

10.16. Acondicionar o material em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado.

10.17. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

10.18. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante.

10.19. Disponibilizar um encarregado para acompanhar a execução dos serviços de montagem, bem como para ser o interlocutor com a Fiscalização do contrato.

10.20. Manter, durante a vigência da Ata as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

10.21. Avisar a data de entrega dos materiais com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência pelo e-mail copat@defensoria.rj.def.br e pelo telefone (21) 2332-6274.

11. OBRIGAÇÕES DA DPRJ

11.1. Efetuar o pagamento de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no Edital.

11.2. Fornecer à Contratada os documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato.

11.3. Exercer a fiscalização do contrato.

11.4. Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

11.5. Aplicar as penalidades por descumprimentos do pactuado no Edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

12.1. Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.2. Dar causa à inexecução parcial da Ata;

- 12.3. Dar causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.4. Dar causa à inexecução total da Ata;
- 12.5. Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência;
- 12.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.7. Não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida neste Termo de Referência ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Termo de Referência.
- 12.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.15. O proponente/fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:
- a) Advertência por escrito, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multas na forma prevista neste Termo de Referência;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 12.16. Não obstante as sanções previstas no item 12.15, poderá ser aplicada penalidade referente à inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução da Ata, sem prejuízo da rescisão unilateral da referida, a qualquer tempo.
- a) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução parcial das obrigações contidas na mesma.
 - b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total das obrigações contidas na mesma ou recusa injustificada em assinar a Ata no prazo devido, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 12.18. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Fornecedor da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 12.19. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.20. Das Penalidades Específicas:
- 12.21. A pena de multa será aplicada, conforme a gradação e correspondência estabelecidas nas tabelas a seguir:

TABELA 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	3% do valor total da Nota de Empenho
2	6% do valor total da Nota de Empenho
3	9% do valor total da Nota de Empenho
4	12% do valor total da Nota de Empenho
5	15% do valor total da Nota de Empenho
6	18% do valor total da Nota de Empenho sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação

TABELA 2:

Ocorrência	Descrição	Grau	% para Aplicação das Penalidades para Ocorrência por Nota de Empenho	Quantidade Máxima por Ocorrência por Nota de Empenho	Hipóteses de incidência
1	Permitir situação que cria a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	18%	1	Por ocorrência, com prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
2	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	4	12%	1	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	15%	1	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou de substituição de material.	5	15%	1	Por ocorrência
5	Utilizar materiais fora dos padrões/especificações exigidos no Termo de Referência.	4	12%	1	Por ocorrência
6	Apresentação do produto de maneira parcial em relação a Nota Fiscal, ou Nota Fiscal de Terceiros.	2	6%	2	Por ocorrência
7	Apresentação de funcionários vestidos inadequadamente e com postura imprópria para a realização do serviço de descarga e montagens.	5	15%	2	Por ocorrência

8	Deixar de informar ao transportador contratado as normas pré-estabelecidas em Edital/Ata. Exemplo Prazo, Horários e Local (ais) de entrega(s).	5	15%	3	Por ocorrência
----------	--	---	-----	---	----------------

TABELA 3:

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Dias de Atraso</i>	<i>Grau</i>	<i>Quantidade Máxima por Ocorrência por Nota de Empenho</i>	<i>Incidência</i>
1	Por deixar de cumprir os prazos previstos para entrega e/ou execução do serviço, conforme previsto no Edital.	Até 05 dias úteis.	1	1	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
2		De 06 Até 10 dias úteis.	2	1	
3		De 11 Até 15 dias úteis.	3	1	
4		De 16 Até 20 dias úteis.	4	1	
5		Acima de 20 dias úteis.	5	1	
6		Acima de 25 dias úteis.	6	1	Por ocorrência, já considerando a inexecução parcial ou total do contrato.

12.22. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.23. A totalidade das multas aplicadas não poderá ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor da Ata licitada ou celebrada, sem prejuízo da rescisão.

12.24. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.25. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPGERJ nº 1202 de 18 de janeiro de 2023.

12.26. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A Gestão do Contrato, se for o caso, caberá a um servidor designado pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.2. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, serão designados, pela Coordenação de Patrimônio, 03 (três) servidores para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando em procedimento próprio no sistema SEI, correlacionado ao processo da contratação, todas as ocorrências

relacionadas à execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O representante da DPRJ com a respectiva atribuição anotar, em procedimento no próprio SEI, correlacionado ao processo da contratação todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.5. Aplicar-se-á a Resolução DPGERJ Nº 1173 de 14 de setembro de 2022, que regulamenta a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da DPRJ.

13.6. A Gestão da Ata caberá a um servidor designado pela Coordenação de Patrimônio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.7. A Fiscalização da Ata, para cumprimento do poder/dever inerente à Administração Pública de fiscalização, na forma do artigo 7º e 117, da Lei nº 14.133/21, caberá a 03 (três) servidores designados pela Coordenação de Patrimônio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, NOTA FISCAL, EXECUÇÃO E MONTAGEM D MOBILIÁRIO

14.1. O pagamento será à vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de 30 dias corridos a contar da atestação da fatura referente ao fornecimento.

14.2. Os pagamentos serão efetuados, por meio de crédito em conta corrente do Fornecedor, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta detalhe.

14.3. O pagamento da nota fiscal ocorrerá após a entrega do objeto. Caso o objeto não esteja dentro das conformidades previstas neste Termo, esse prazo passará a vigorar a partir da data da regularização da pendência.

14.4. Do montante devido a CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

14.5. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.

15. QUALIFICAÇÕES

15.1. Para fins de comprovação da **qualificação técnica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

15.1.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da sociedade empresária, que comprove(m) aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente aquisição, na forma do artigo 67, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021 que indiquem nome, função, endereço, telefone, e-mail contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pela DPRJ desde que reste demonstrado o fornecimento de no mínimo 20% (vinte por cento) da quantidade total de cada lote deste Termo de Referência considerando-se, cada um dos lotes dos Anexos em separado para fins de cálculo percentual.

15.2. Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, desde que seu somatório reste demonstrado o fornecimento de ao menos 20% (vinte por cento) da quantidade total de cada lote deste Termo de Referência.

15.3. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar:

a) Laudo Técnico de conformidade ergonômica em atendimento à Norma Regulamentadora n.º 17 expedida por profissional competente, no que se refere ao **Lote 2.**

b) Certificado de conformidade a ABNT Armários e Gaveteiros ABNT NBR 13961:2010; Mesas de trabalho ABNT NBR 13966:2008; Cadeiras ABNT NBR 13962:2018 e ABNT NBR 9050:2020; Sofá ABNT NBR 15164:2004, dentro da validade, devendo constar no certificado as referências ou códigos dos produtos.

15.4. Para fins de comprovação de **qualificação econômico-financeira:**

15.4.1. Considerando a natureza da contratação, não se exigirá dos licitantes a demonstração de aptidão econômica e saúde financeira da pessoa jurídica por meio de coeficientes e índices econômicos previstos no Edital.

15.5. Poderá, ainda, ser solicitado pela DPRJ a entrega ou o envio por meio eletrônico de **folders ou catálogos dos fabricantes** dos respectivos itens a serem ofertados, devidamente identificados.

16. PRAZO DE GARANTIA TÉCNICA

16.1. O prazo de garantia para todos os materiais especificados não deverá ser inferior a 60 (sessenta) meses contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem ou instalação, mesmo após sua aceitação pela unidade gestora da presente aquisição.

16.2. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagem ou adaptações nos catálogos e/ou folders apresentados. No caso de catálogos com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo que está ofertando.

16.3. A garantia dos produtos no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pelo Fornecedor, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos no Edital e seus Anexos. Durante este período, os reparos e substituições decorrentes da garantia deverão ser realizados pelo Fornecedor, sem ônus para a Defensoria.

16.4. O Certificado de Garantia deverá vir juntamente com a nota fiscal de venda a cada entrega a ser realizada no Depósito da DPRJ. O não cumprimento deste item poderá impossibilitar o recebimento e acarretar a recusa do material.

16.5. Garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.

16.6. Os serviços de assistência técnica para consertos e substituições em decorrência de defeitos de fabricação deverão ser realizados em até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Fica o Termo de Referência em questão como esclarecedor de quaisquer dúvidas que porventura venham a existir.

17.2. As partes elegem o foro da comarca do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente termo.

17.3. O objeto da presente contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL, Subdefensor Público Geral de Gestão**, em 27/04/2026, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2080627** e o código CRC **EC4D2A21**.

Referência: Processo nº E-20/001.006260/2025

SEI nº 2080627

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080
- www.defensoria.rj.def.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.

1. ARMÁRIO ALTO FECHADO

1.1. Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:

1.1.1. Armário alto fechado com 4 prateleiras internas - cor: ovo dimensões mínimas (l x a x p): 900 mm x 1600 mm x 490 mm

1.2. Tampo:

1.2.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 25 mm, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.

1.3. Corpo, Prateleiras e Portas Estrutura:

1.3.1. Corpo (fundo, laterais, base inferior), prateleiras e portas confeccionados em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 18 mm, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.

1.4. Acabamentos/Revestimento/Tampo, corpo, portas e prateleiras:

1.4.1. Todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão - BP em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada, proporcionando maior resistência e acabamento.

1.5. Bordas/Tampo e portas:

1.5.1. Bordas com acabamento em fita de poli cloreto de vinil - PVC de 2 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.

1.6. Corpo e prateleiras:

1.6.1. bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2 mm em todo seu perímetro.

1.7. Portas Abertura:

1.7.1. Duas portas com dobradiças com abertura com um ângulo de 270°confeccionada em aço de alta resistência, sem mola, regulagem horizontal livre, que permite fechamento suave da porta através de um sistema com micro pistão hidráulico, com amortecedor integrado a dobradiça, amortecimento Silent System, ou equivalente.

1.7.2. A dobradiça deve permitir a com recobrimento total da lateral, com acabamento niquelado.

1.7.3. Puxadores embutidos com abertura das portas através de cavidades laterais nas extremidades das portas (central próximo a fechadura ou da parte superior da porta até o centro da porta) e/ou embutidas na própria parte frontal das portas, sem a utilização de puxador frontal sobressaltado ou tipo "cava".

1.8. Prateleiras Regulagens:

1.8.1. Prateleiras com regulagens para prateleiras a cada 64 mm, sendo uma fixa através do sistema de minifix e cavilhas, situada em torno do meio da altura do corpo do armário, para dar maior estabilidade ao móvel e as outras 04 prateleiras são reguláveis e apoiadas em pinos metálicos (exigidos na NBR 13961/2010), os quais são colocados em furos simétricos e equidistantes nas laterais do armário.

1.9. Sistema de Travamento:

1.9.1. O travamento das portas é efetuado por fechadura do tipo cremona, onde ao girarmos a chave no miolo da fechadura, duas hastes metálicas a base seja feita de aço de 50 mm, integrantes da fechadura giram simultaneamente e abraçam cada uma delas 01 pino metálico fixado sob o tampo e na base do armário respectivamente, além de uma barra metálica sair do miolo da fechadura e travar a outra porta.

1.9.2. Deverão ser fornecidas 02 chaves escamoteáveis.

1.10. Rodapé:

1.10.1. Confeccionado em tubo retangular, em aço, com seção reta mínima 30~40x20 mm, abrangendo o perímetro da base do armário de modo a fornecer a maior estabilidade para o móvel, com tratamento prévio contra oxidação e acabamento com pintura por deposição eletrostática epóxi-pó, dotado de sapata reguladora de nível com rosca M6 em forma octogonal.

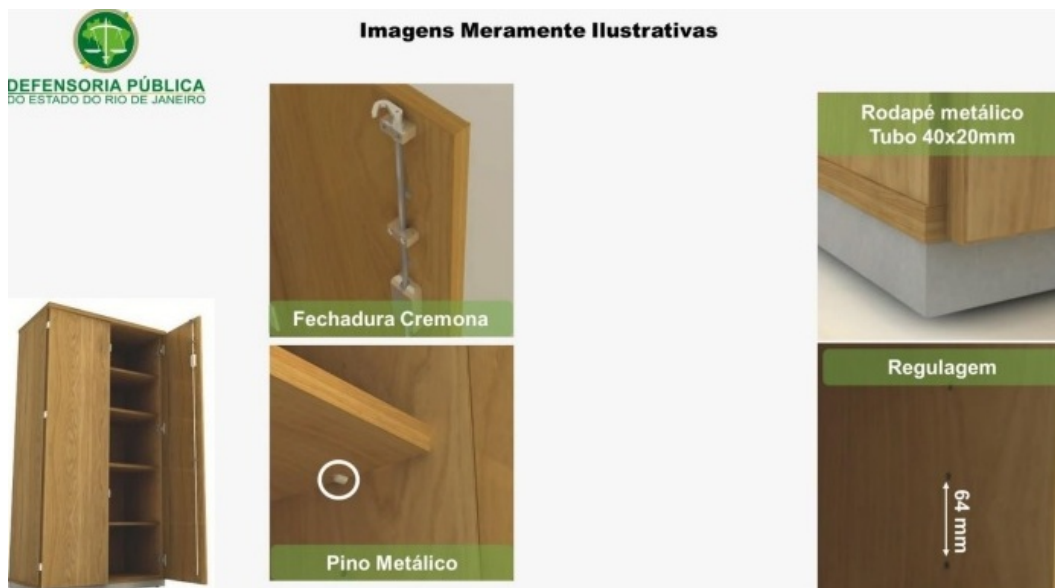
1.11. Montagem:

1.11.1. As laterais, fundo, superfície e base inferior são ligados entre si pelo sistema minifix e cavilhas, possibilitando a montagem e desmontagem dos mesmos, várias vezes, sem perder a qualidade.

1.12. Componentes metálicos:

1.12.1. Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber à pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa.

- 1.13. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**
- 1.13.1. Desmontado, embalagem primária em papelão e embalagem secundária (externa) em plástico.



Garantia de 05 anos.

2. GAVETEIRO VOLANTE 3 COMPARTIMENTOS

- 2.1. **Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos.**
- 2.1.1. Gaveteiro volante 3 gavetas - duas gavetas simples e um gavetão - cor: ovo dimensões mínimas (l x a x p): 460 mm x 700 mm x 450 mm
- 2.2. **Tampo Estrutura:**
- 2.2.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 25 mm, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
- 2.3. **Corpo:**
- 2.3.1. Corpo (fundo, laterais e base inferior), confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 18 mm, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial;
- 2.4. **Acabamentos/Revestimento/Tampo, Corpo:**
- 2.4.1. Todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada.
- 2.5. **Bordas/Tampo:**
- 2.5.1. Bordas com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,0 mm em todo seu perímetro.
- 2.6. **Corpo:**
- 2.6.1. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 1,0 mm em todo seu perímetro.
- 2.7. **Rodízio:**
- 2.7.1. Deve conter 4 rodízios fixados na base inferior com duplo giro, injetado em poliamida com carga de fibra de vidro, resistente ao peso próprio do gaveteiro e a carga adicional compatível, presos ao gaveteiro através de parafusos autoatarraxantes.
- 2.8. **Gavetas/Frente:**
- 2.8.1. Frente da gaveta em MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão.
- 2.8.2. Acabamento encabeçada com fita de PVC ou poliestireno de superfície visível texturizada, com mínimo de 2,0 mm de espessura, com alta resistência a impactos.
- 2.9. **Corpo:**
- 2.9.1. Corpo (fundo, laterais e base inferior) da gaveta confeccionadas em chapa de aço SAE 1020 com espessura mínima de 0,60 mm, dobrada e soldada através de eletro-fusão, corrija das gavetas com deslizamento suave sobre corriças em aço, roldanas em nylon e eixos em aço.
- 2.10. **Abertura:**
- 2.10.1. Abertura das gavetas através de cavidades laterais sem a utilização de puxador aparente com aba de acabamento sobre as laterais da gaveta e/ou embutidas na própria parte frontal tipo "cava".

- 2.11. **Sistema de Travamento:**
- 2.11.1. Sistema de travamento simultâneo de todas as gavetas através de haste de alumínio resistente a tração com fechadura localizada na frente com sistema escamoteável.
- 2.12. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**
- 2.12.1. Desmontado, embalagem primária em papelão e embalagem secundária (externa) em plástico.

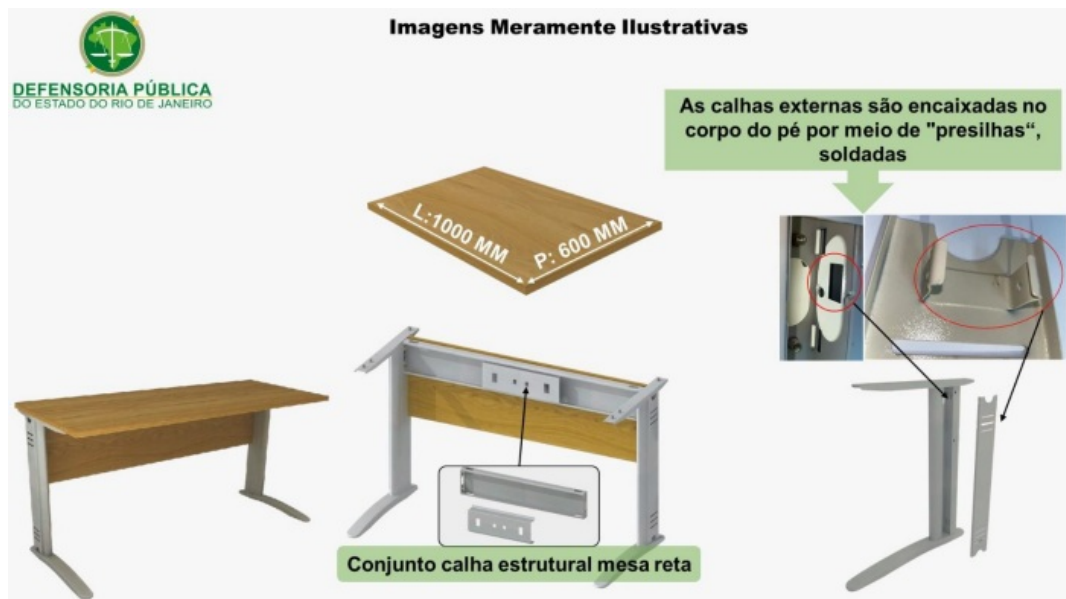


Garantia de 05 anos.

3. **MESA DE TRABALHO 1,00 M**

- 3.1. **Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:**
- 3.1.1. Mesa retangular - estrutura metálica, passa cabos e calha para passagem de fiação - cor: ovo dimensões mínimas (l x a x p): 1000 x 740 mm x 600 mm
- 3.2. **Tampo:**
- 3.2.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
- 3.2.2. Com 2 aberturas redondas com diâmetro mínimo de 60mm semitampadas faceando a saia em ambas extremidades para passagem de cabo, tampas em polipropileno.
- 3.3. **Saia:**
- 3.3.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 18 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
- 3.4. **Acabamento/Revestimento/Tampo e Saías:**
- 3.4.1. Todo revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada antirreflexo e resistente à abrasão e impacto.
- 3.5. **Bordas/Tampo:**
- 3.5.1. Bordas com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.
- 3.6. **Saías:**
- 3.6.1. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,0 mm em todo seu perímetro.
- 3.7. **Estrutura:**
- 3.7.1. Pés metálicos em formato "1" com tratamento anticorrosivo por fosforização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.
- 3.7.2. Com base, coluna e travessa superior, sendo a coluna vazada para permitir a passagem de fiação entre o piso e as calhas composto por base em chapa de aço estampada, de modo dispensar o uso de ponteiras.
- 3.7.3. Medidas mínimas dos pés: 550 mm comprimento, 60 mm de largura, 28 mm de altura, 2,0 mm de espessura, com duas chapas soldadas na face inferior, espessura 3.0 mm, com rebite 5/16 para receber sapatas com diâmetro de 50 mm, abertura para passagem de cabos possibilitando a passagem dos mesmos do piso até a superfície superior do tampo, coluna frisada em chapa de aço fina frio 1,06 mm de espessura, com largura de no mínimo 165 mm, com tampa para fechamento para acesso ao cabeamento, e no lado externo da coluna com tampa fixada sob encaixe, com 3 saídas independentes para fiação e travessa superior em chapa de aço 14 de espessura.
- 3.7.4. Compassa cabos em polipropileno injetado com diâmetro central de Ø 70mm, composto para tampa externa superior em formato oblongo com quatro saídas independentes para cabeamento.
- 3.7.5. Guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores para a acomodação do cabeamento.

- 3.8. **Montagem:**
- 3.8.1. Fixação ao tampo feita através de parafuso e bucha metálica c/roscas milimétricas.
- 3.9. **Nivelamento:**
- 3.9.1. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca.
- 3.10. **Calha:**
- 3.10.1. Em chapa de aço fino frio #20 com 0.9mm de espessura, dobrada em formato "J", com duto para passagem de cabos dotada de aberturas estampadas na qual podem ser instaladas quatro tomadas elétricas, e conectores para rede e telefonia, sob o tampo no painel frontal através de parafuso autoatarraxante, pintura eletrostática em epóxi, espessura mínima 40 microns.
- 3.10.2. Sistema de fixação dos pés feita através de bucha e parafuso com rosca facilitando a montagem e desmontagem.
- 3.11. **Pintura:**
- 3.11.1. Eletrostática em epóxi, espessura mínima de 40 microns.
- 3.12. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**
- 3.12.1. Desmontado, embalagem primária em papelão e embalagem secundária (externa) em plástico.



Garantia de 05 anos.

4. MESA DE TRABALHO 1,20 M

- 4.1. **Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:**
- 4.1.1. Mesa retangular - estrutura metálica, - cor ovo dimensões mínimas (l x a x p): 1200 x 740 mm x 600 mm
- 4.2. **Tampo:**
- 4.2.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
- 4.2.2. Com 2 aberturas redondas com diâmetro mínimo de 60mm semitampadas faceando a saia em ambas extremidades para passagem de cabo, tampas em polipropileno.
- 4.3. **Saia:**
- 4.3.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 18 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
- 4.4. **Acabamento/Revestimento/Tampo e Saías:**
- 4.4.1. Todo revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada antirreflexo e resistente à abrasão e impacto.
- 4.5. **Bordas/Tampo:**
- 4.5.1. Bordas com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.
- 4.6. **Saías:**
- 4.6.1. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,0 mm em todo seu perímetro.
- 4.7. **Estrutura:**
- 4.7.1. Pés metálicos em formato "1" com tratamento anticorrosivo por fosforização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa.
- 4.7.2. Com base, coluna e travessa superior, sendo a coluna vazada para permitir a passagem de fiação entre o piso e as calhas composto por base em chapa de aço estampada, de modo dispensar o uso de ponteiras.

4.7.3. Medidas mínimas dos pés: 550 mm comprimento, 60 mm de largura, 28 mm de altura, 2,0 mm de espessura, com duas chapas soldadas na face inferior, espessura 3.0 mm, com rebite 5/16 para receber sapatas com diâmetro de 50 mm, abertura para passagem de cabos possibilitando a passagem dos mesmos do piso até a superfície superior do tampo, coluna frisada em chapa de aço frio 1,06 mm de espessura, com largura de no mínimo 165 mm, com tampa para fechamento para acesso ao cabeamento, e no lado externo da coluna com tampa fixada sob encaixe, com 3 saídas independentes para fiação e travessa superior em chapa de aço 14 de espessura.

4.7.4. Compassa cabos em polipropileno injetado com diâmetro central de Ø 70mm, composto para tampa externa superior em formato oblongo com quatro saídas independentes para cabeamento.

4.7.5. Guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores para a acomodação do cabeamento.

4.8. **Montagem:**

4.8.1. Fixação ao tampo feita através de parafuso e bucha metálica c/rosca milimétrica.

4.9. **Nivelamento:**

4.9.1. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca.

4.10. **Calha:**

4.11. Em chapa de aço fino frio #20 com 0.9mm de espessura, dobrada em formato "J», com duto para passagem de cabos dotada de aberturas estampadas na qual podem ser instaladas quatro tomadas elétricas, e conectores para rede e telefonia, sob o tampo no painel frontal através de parafuso auto atarraxante, pintura eletrostática em epóxi, espessura mínima 40 microns.

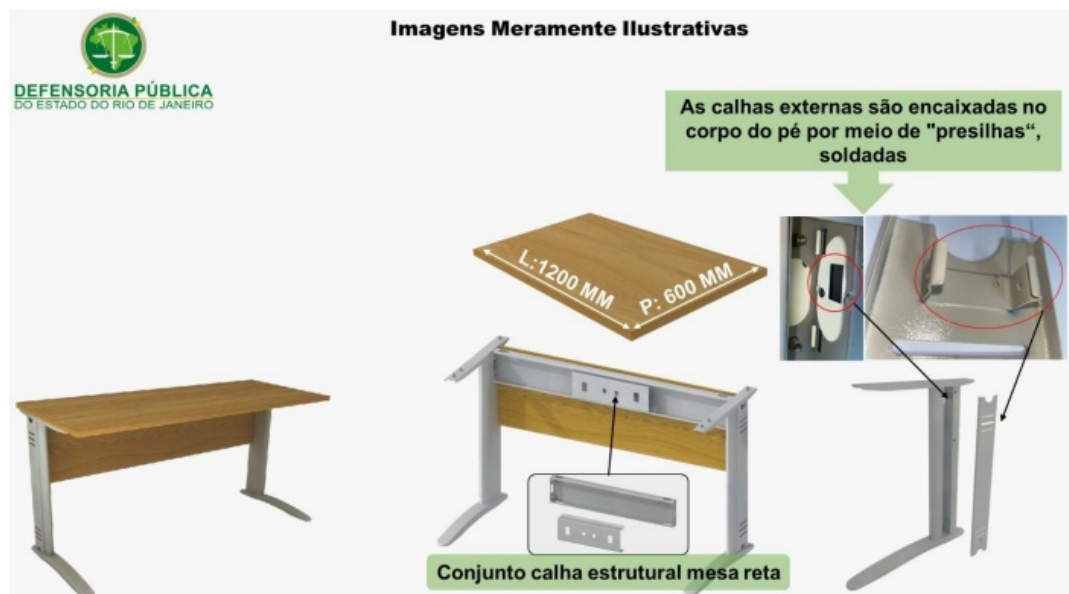
4.12. Sistema de fixação dos pés feita através de bucha e parafuso com rosca facilitando a montagem e desmontagem.

4.13. **Pintura:**

4.13.1. Eletrostática em epóxi, espessura mínima de 40 microns.

4.14. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**

4.14.1. Desmontado, embalagem primária em papelão e embalagem secundária (externa) em plástico.



Garantia de 05 anos.

5. **MESA RETANGULAR DE 1,50M**

5.1. **Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:**

5.1.1. Mesa retangular - estrutura metálica, passa cabos e calha para passagem de fiação - cor: ovo dimensões mínimas (l x a x p): 1500 x 600 mm x 750 mm

5.2. **Tampo:**

5.2.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada - (MDP) com espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.

5.3. **Acabamento/Revestimento:**

5.3.1. Tampo todo revestido com laminado melamínico 0,3 mm de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada antirreflexo e resistente à abrasão e impacto.

5.4. **Bordas:**

5.4.1. Tampo: bordas com acabamento em fita de PVC de 03 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.

5.5. **Estrutura:**

5.5.1. Mesa é constituída em tubos e perfis de aço SAE 1020, sendo que seus pés são fabricados em chapa de aço SAE 1020 de 1,50 mm de espessura, conformada em formato piramidal por processo de estampagem em prensa hidráulica, medindo 680 mm de abertura útil de apoio ao chão.

5.6. **Colunas:**

5.6.1. Sustentação vertical são fabricadas em tubo de aço SAE de formato hexagonal medindo 36 x 96 mm, com espessura de 1,50 mm, fixadas aos pés por meio de parafusos métricos com sextavado interno M8 x 30.

5.6.2. Ponteiros de acabamento na parte superior da coluna, acompanhando o formato do tubo, fixadas por parafusos e injetadas em polietileno.

5.7. **Travessa de união:**

5.7.1. Os pés confeccionada em tubo de aço SAE 1020 de 40 x 40 mm, com espessura de 1,50 mm, encaixada aos pés e fixada a eles através de parafusos métricos com sextavado interno M8 x 70. Ponteiros de acabamento injetadas em polietileno.

5.8. **Mecanismos do sistema rebatível:**

5.8.1. Confeccionado em aço SAE 1020, fixados em cada uma das 2 travessas de fixação do tampo, acionados por mola de aço helicoidal e puxador de acionamento em tubo de aço SAE 1020 de diâmetro 16 mm com revestimento em espuma de poliuretano.

5.8.2. Barra estabilizadora dos mecanismos de rebatimento em tubo de aço SAE 1020 medindo 20 x 20mm.

5.9. **Travessas de fixação do tampo:**

5.9.1. Em chapa de aço SAE 1020 dobrada, com espessura de 2,65 mm, com 2 suportes para 4 parafusos em cada travessa, fixadas à barra estabilizadora dos mecanismos através de parafusos métricos com sextavado interno de M8 x 25.

5.10. **Rodízios:**

5.10.1. Com freio e duplo giro, com rodas e cavalete injetados em poliamida (nylon 6), com modificador de impacto.

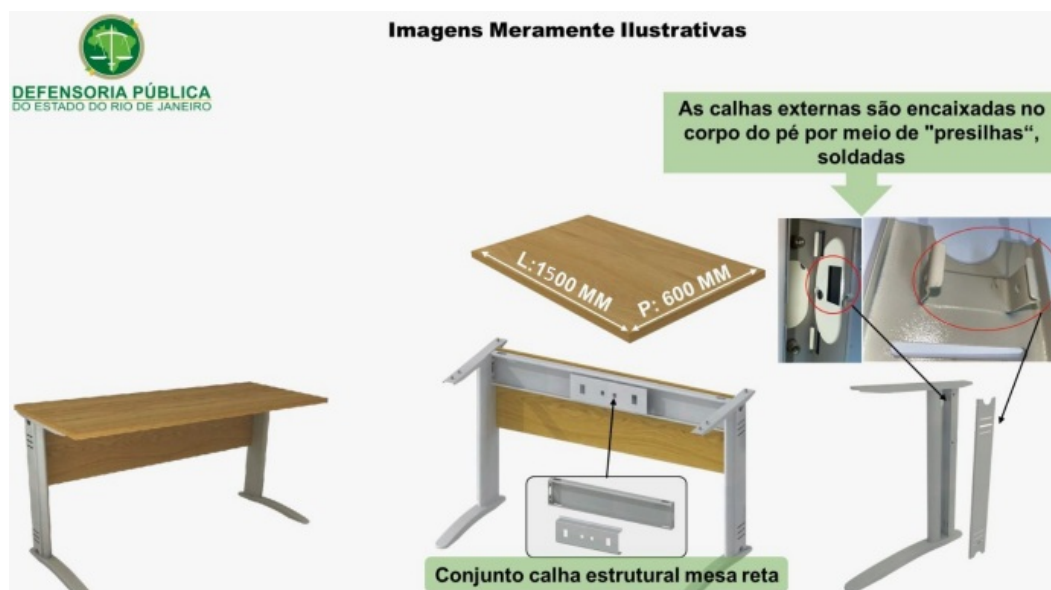
5.10.2. Eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm, eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 8 mm, e rodas com diâmetro de 60mm.

5.10.3. O eixo vertical é dotado de anel elástico em aço que possibilita acoplamento fácil e seguro à base.

5.10.4. Banda de rodagem macia (PU) com cores diferentes no centro e na banda de rodagem, indicado para pisos duros, estabelecidos na norma ABNT 14049/98, com rodas revestidas com material resiliente (poliuretano), (tipo W estabelecido na norma 13962/2006).

5.11. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**

5.11.1. Desmontado, embalagem primária em papelão e embalagem secundária (externa) em plástico.



Garantia de 05 anos.

6. **MESA DE REFEITÓRIO PARA 4 LUGARES**

6.1. **Dimensões Estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:**

6.1.1. Mesa de refeitório com 4 lugares - cor: ovo ou amadeirado dimensões mínimas (l x a x p): 1400 mm x 720 mm x 800 mm

6.2. **Tampo:**

6.2.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada - (MDP) com na espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.

6.3. **Acabamento/Revestimento/Tampo**

6.3.1. Revestido com laminado melamínico 0,3 mm de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada anti-reflexo e resistente à abrasão e impacto.

6.4. **Bordas:**

6.4.1. Com acabamento em fita de PVC de 03 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema

tipo holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.

6.5. Estrutura:

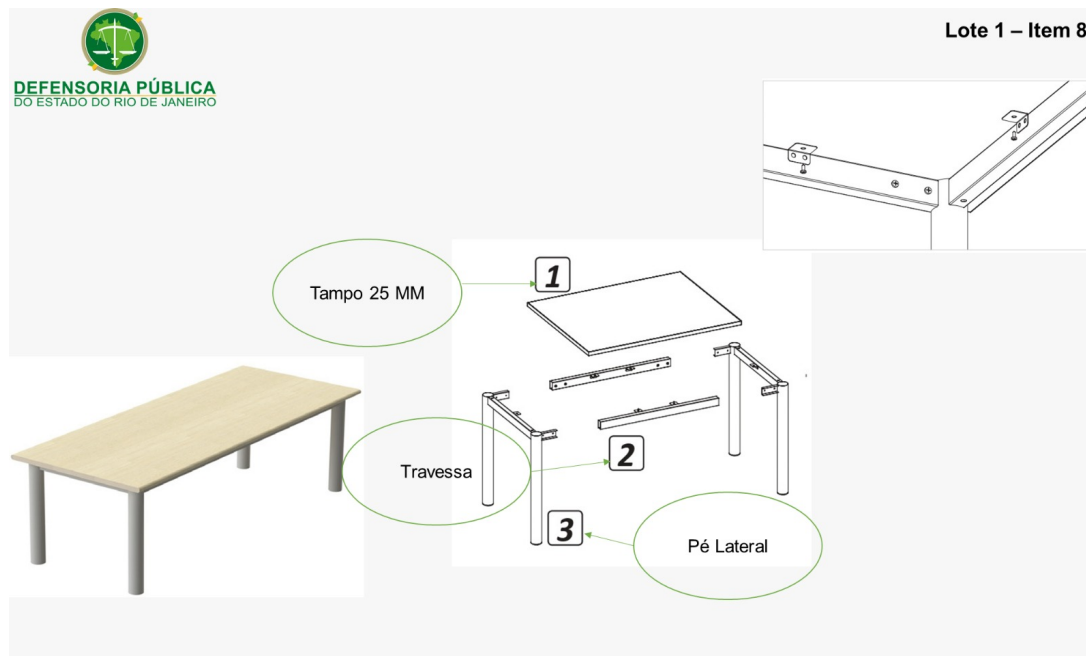
- 6.5.1. Com pés metálicos redondo, colunas metálicas compostas de tubo redondo de 3" polegadas com parede de 1,5mm. Travessa de ligação das colunas feita através de tubo 50x30 com parede de 0.9mm.
- 6.5.2. Chapa de união de travessas confeccionadas em aço carbono de 2mm. Sistema de união entre as peças através de solda.
- 6.5.3. Colunas com sapata injetadas em polietileno de alta densidade para proteção, sem possibilidade de nivelamento.
- 6.5.4. Travessas de ligação dos pés laterais confeccionadas em tubo 50x30 com parede de 0,9 mm, com suporte de fixação de tampo em chapa de aço carbono de 1,2 mm, unidas entre si através de solda.
- 6.5.5. Colunas com sapatas injetadas em polietileno de alta densidade para proteção, sem possibilidade de nivelamento.
- 6.5.6. Montagem da estrutura realizada com parafusos M6X12 zincado com encaixe para chave philips.
- 6.5.7. Para fixação do tampo utiliza-se parafusos autoatarrachantes 4,8x13mm diretamente no tampo.

6.6. Pintura:

- 6.6.1. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e que a própria indústria possua o equipamento para tal processo e recebem pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micra de espessura, atendendo-se os critérios de preparação, tratamento e tempo de cura recomendados pelo fabricante da tinta empregada, de forma que o resultado atenda as exigências previstas nas normas da ABNT.

6.7. Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):

- 6.7.1. Desmontado, embalagem primária em papelão e embalagem secundária (externa) em plástico.



Garantia de 05 anos.

7. MESA DE REFEITÓRIO PARA 6 LUGARES

7.1. Dimensões Estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:

- 7.1.1. Mesa de refeitório com 6 lugares - cor: ovo ou amadeirado dimensões mínimas (l x a x p): 2000 mm x 720 mm x 800 mm

7.2. Tampo:

- 7.2.1. Confeccionado em chapa de madeira aglomerada - (MDP) com na espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.

7.3. Acabamento/Revestimento/Tampo:

- 7.3.1. Revestido com laminado melamínico 0,3 mm de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada anti-reflexo e resistente à abrasão e impacto.

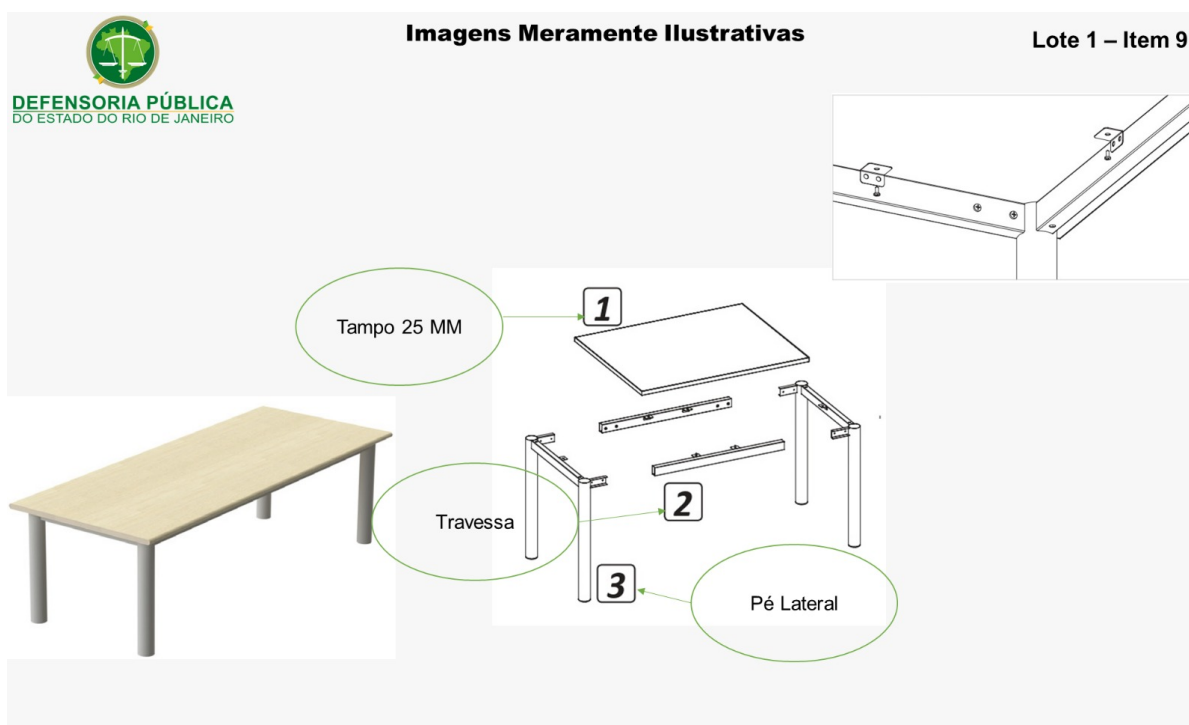
7.4. Bordas:

- 7.4.1. Com acabamento em fita de PVC de 03 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.

7.5. Estrutura:

- 7.5.1. Com pés metálicos redondo, colunas metálicas compostas de tubo redondo de 3" polegadas com parede de 1,5mm. Travessa de ligação das colunas feita através de tubo 50x30 com parede de 0.9mm. Chapa de união de travessas confeccionadas em aço carbono de 2mm. Sistema de união entre as peças através de solda.
- 7.5.2. Colunas com sapata injetadas em polietileno de alta densidade para proteção, sem possibilidade de nivelamento.

- 7.5.3. Travessas de ligação dos pés laterais confeccionadas em tubo 50x30 com parede de 0,9 mm, com suporte de fixação de tampo em chapa de aço carbono de 1,2 mm, unidas entre si através de solda.
- 7.5.4. Colunas com sapatas injetadas em polietileno de alta densidade para proteção, sem possibilidade de nivelamento.
- 7.5.5. Montagem da estrutura realizada com parafusos M6X12 zincado com encaixe para chave philips.
- 7.5.6. Para fixação do tampo, utilizam-se parafusos autoatarrachantes 4,8x13mm diretamente no tampo.
- 7.6. **Pintura:**
- 7.6.1. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso à base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e que a própria indústria possua o equipamento para tal processo e recebem pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micra de espessura, atendendo-se os critérios de preparação, tratamento e tempo de cura recomendados pelo fabricante da tinta empregada, de forma que o resultado atenda as exigências previstas nas normas da ABNT.
- 7.7. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**
- 7.7.1. Desmontado, embalagem primária em papelão e embalagem secundária (externa) em plástico.



Garantia de 05 anos.

8. MESA REDONDA 1,20M

- 8.1. **Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:**
- 8.1.1. Mesa redonda - cor: ovo - dimensões mínimas (l x a x p): 1200 x 740 mm x 25 mm
- Material:** Madeira
 - Tipo Madeira:** Aglomerado
 - Acabamento Superficial:** Laminado Melamínico
 - Diâmetro:** 120 CM
 - Altura:** 74 CM
 - Espessura Tampo:** 25 MM
 - Cor Tampo:** Ovo
 - Características Adicionais:** Borda Pvc
- 8.1.2. Tampo redondo em MDP, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo.
- 8.1.3. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm. A fixação tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo.
- 8.1.4. Estrutura inteiriça com 04 patas formada por tubos e chapas metálicas, com a base superior em tubo de aço 20 X 30 x 1,2 mm, a base inferior em chapa de aço repuxada curva dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, com espessura mínima de 1,5 mm, e a coluna de sustentação composta por tubo redondo Ø 101,6 x 1,5 mm, sendo todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi pó poliéster fosca de alta performance, polimerizada em estufa a 200º C.
- 8.1.5. Acabamento com sapatas em PVC rígido com diâmetro de 63 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso.

- 8.2. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**
- 8.2.1. Desmontado, embalagem primária em papelão e embalagem secundária (externa) em plástico.



Garantia de 05 anos.

9. CADEIRA FIXA - ASSISTIDO

9.1. Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 10% para mais ou menos:

9.1.1. Cadeira fixa em polipropileno empilháveis e estrutura em aço - cor: preta dimensões mínimas (l x a x p): 540 mm x 810 mm x 540 mm

9.2. Estrutura:

9.2.1. Em aço composta por um par de lateral no formato de um "U" invertido em tubo de aço com secção circular com 1" (25,40mm) de diâmetro na chapa #16 (1,50mm) dobra nas pontas para nivelamento ao solo. Interligadas com duas barras retas de tubo de aço com diâmetro de 7/8" (22,23mm) na chapa #14 (1,90mm).

9.2.2. Dois apoios de assento/encosto fixado sobre as duas barras retas, confeccionado em tubo de aço com diâmetro de 1" (25,40mm) na chapa #16 (1,50mm), dobrado com leve inclinação para acomodar as costas do usuário, utiliza-se chapa #16 (1,50mm) para maior resistência da peça. Todas as peças metálicas são soldadas. Ponteiros e sapatas plásticas para acabamento dos tubos. Sapata reforçada com 5mm de espessura em sua base.

9.3. Encosto plástico:

9.3.1. Injetado em polipropileno copolímero de alta resistência e pigmentado na cor, possui dimensões de 265 mm de altura e 460 mm de largura.

9.3.2. Possui curvatura anatômica, de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, se adaptando melhor à coluna vertebral.

9.3.3. Furos em desenho elíptico medindo 17x9mm, possui quatro fileiras no sentido horizontal. Fixado na estrutura através de encaixe no próprio encosto auxiliado por um botão de fixação de cada lado.

9.3.4. Logotipo do fabricante estampado na parte posterior do encosto.

9.4. Assento plástico:

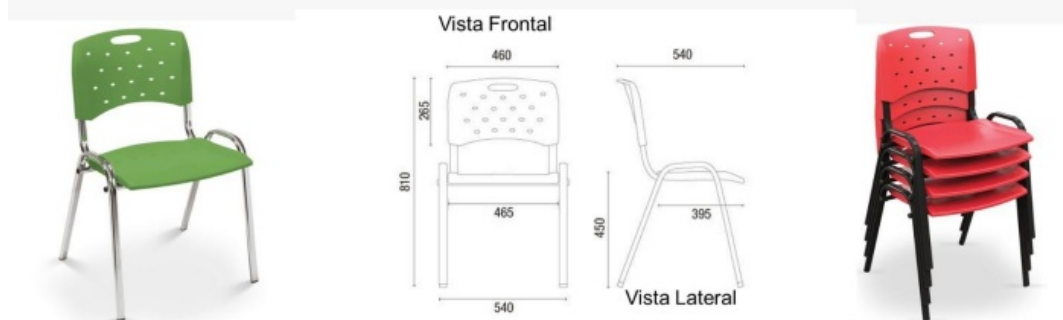
9.4.1. Injetado em polipropileno copolímero de alta resistência com curvatura anatômica e pigmentado na cor. Possui 395 mm de comprimento e 465 mm de largura. Furos de aeração em desenho elíptico medindo 16x8mm, possui uma fileira no sentido horizontal. Fixado na estrutura através de 4 rebites de alumínio, com medidas de 4,8x40mm.

9.5. Informações adicionais:

9.5.1. Serão aceitas descrições técnicas de outros modelos de cadeiras fixas empilháveis que cumpram a mesma função, dimensões, capacidades e qualidade das informações descritas acima e tratadas como similares.

9.6. Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):

9.6.1. Em regra 100% montada e embalada com plástico filme ou similar.



Garantia de 05 anos.

10. CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA - SERVIDORES (AS)

10.1. Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:

10.1.1. Cadeira tipo diretor giratória espaldar média com braços - cor preta dimensões mínimas de trabalho (l x a x p): 600-660 mm x 965-1160 mm x 660-840 mm

10.2. Encosto:

10.2.1. Encosto em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 14 mm de espessura média.

10.2.2. Possui curvatura anatômica de forma à permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.

10.2.3. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 50 Kg/m³ com 44 mm de espessura média.

10.2.4. Contra capa do encosto injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, montada por encaixe em presilha injetada em poliamida 6.6 com reforço de 35% de fibra de vidro na parte superior do encosto e por parafusos phillips na parte inferior, auxiliando em futuras manutenções.

10.2.5. A fixação do encosto no mecanismo é feita com parafusos sextavados grau 5SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitas na madeira.

10.2.6. Altura do encosto: 500 mm x Largura do Encosto: 460 mm.

10.3. Assento:

10.3.1. Assento em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 14 mm de espessura média.

10.3.2. Possui curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea.

10.3.3. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 50 Kg/m³ com 50 mm de espessura média.

10.3.4. Contra capa do assento injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, montada por grampos com acabamento zincado e parafusos phillips, auxiliando em futuras manutenções.

10.3.5. A fixação do assento no mecanismo é feita com parafusos sextavados grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitas na madeira.

10.3.6. Braços e corpo dos braços em polipropileno copolímero injetado texturizado na cor preta, com alma fabricada em chapa de aço SAE 1020 com 50,50 mm de largura e 6,35 mm de espessura, pintada, com 7 posições de regulagem de altura feita por botão injetado em poliamida 6, totalizando 80 mm de curso.

10.3.7. Chapa para fixação no assento com 2 furos oblongos, permitindo ajuste horizontal por parafuso com utilização de chave com curso de 25 mm em cada braço durante a montagem.

10.3.8. A fixação do braço no assento é feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitas na madeira. Profundidade do assento: 470 mm x largura do assento: 480 mm.

10.4. Revestimento do Assento e Encosto:

10.4.1. Em tecido com costuras duplas reforçadas em couro ecológico sintético, exceto a contra capa.

10.5. Mecanismo:

10.5.1. Mecanismo com sistema reclinador do encosto, estrutura monobloco, soldado por processo MIG em célula robotizada, com assento fixo e com inclinação fixa com 3º de inclinação e 2 furações para fixação do assento com distância entre centros de 125 x 125 mm e 160 x 200 mm. Suporte do encosto com regulagem de altura automática através de catraca, totalizando 80 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero. Inclinação do encosto com 20º de curso semicircular acionado por alavanca, obtendo-se

infinitas posições, com molas para o retorno automático do encosto, e ajuste automático na frenagem do reclinador.

10.5.2. Alavanca de acionamento do possui duas formas de acionamento.

10.5.3. Ao ser movimentada para cima, a mesma possibilita uma regulagem fina do encosto enquanto a alavanca permanecer acionada pelo usuário.

10.5.4. Ao ser movimentada para baixo, a alavanca permanece acionada sem a ação do usuário e permite que o encosto fique em movimento livre até que o usuário puxe novamente a alavanca para a posição neutra aonde a mesma irá frear o mecanismo na posição desejada.

10.5.5. Acionamento da coluna a gás feita por alavanca independente injetada em poliacetal.

10.5.6. O mecanismo possui peça plástica de acabamento e proteção das lâminas do reclinador em polipropileno copolímero injetado na cor preta.

10.6. **Coluna:**

10.6.1. Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 50,8 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede, rolamento axial de giro com esferas tratadas termicamente e arruelas de aço temperado de alta resistência, bucha mancal de giro injetada em poliacetal e recalibrada na montagem, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás DIN 4550 Classe 4 com 115 mm de curso nominal com tolerância de 5 mm para mais ou para menos, quando medida montada, devido à compressão dos componentes.

10.6.2. Possui sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse. Sistema de regulagem de altura da cadeira por coluna de mola à gás.

10.6.3. Capa telescópica injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, dividido em 3 partes encaixadas, usado para proteger a coluna.

10.7. **Base:**

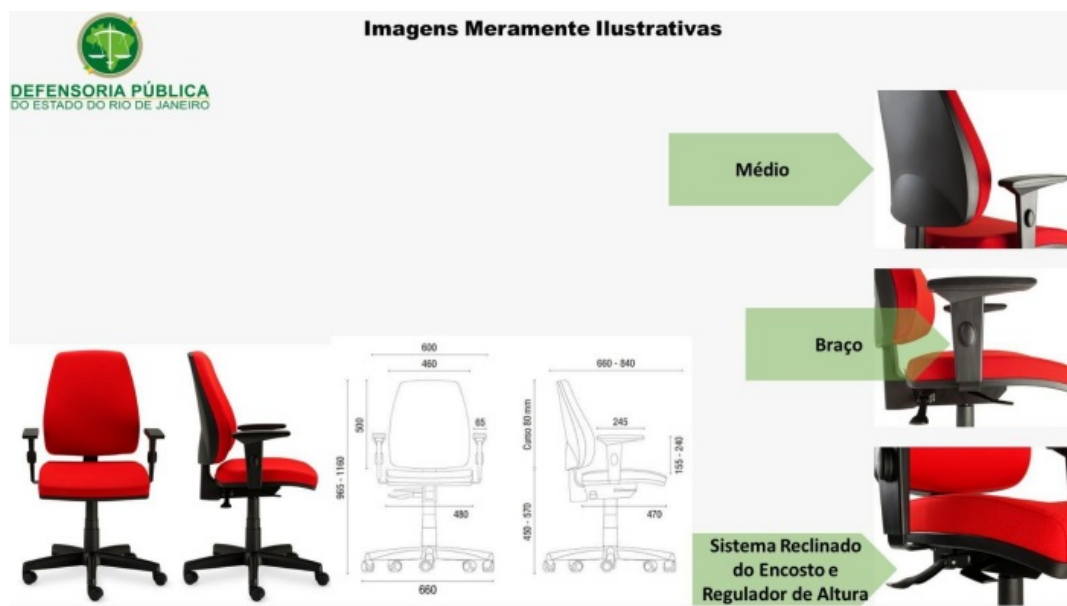
10.7.1. Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes fabricada com tubos de aço SAE 1010/1020 retangular 20x30 mm e 1,50 mm de espessura de parede, soldadas em cone central fabricado em tubo aço SAE 1012 redondo com 57,15 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura de parede.

10.7.2. Pino do rodízio fabricado de barra de aço trefilado SAE 1213 redondo com 10 mm de diâmetro soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por capa injetada em polipropileno copolímero na cor preta com sistema de encaixe plástico entre cone da aranha e a coluna, apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, esfera metálica inserida na estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares.

10.7.3. Montagem do rodízio na base é feito diretamente sobre o pino soldado na aranha sem utilização de buchas de adaptação.

10.8. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**

10.8.1. Em regra 100% montada e embalada com plástico filme ou similar. Podendo ser descarregada semimontada em 2 ou 3 partes (encosto com assento, eixo central e base) por unidade, mas com acoplagem e embalagem imediata no ato entrega.



Garantia de 05 anos.

11. CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR - DEFENSORES (AS)

11.1. **Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:**

11.1.1. Cadeira tipo presidente giratória espaldar alto com braços - cor preta dimensões mínimas de trabalho (l x a x p): 600~720 mm x 1195~1240 mm x 550~780 mm

11.3. **Assento:**

11.3.1. Assento estofado, espuma com densidade controlada (45 a 55 kgf/m3). Possui regulagem de profundidade. Profundidade do Assento: 550 mm.

- 11.4. **Encosto:**
- 11.4.1. Estrutura injetada em resina plástica, revestimento sintético em PVC com apoio lombar regulável na altura. Altura do encosto: 660 mm x largura do encosto: 490 mm.
- 11.4.2. **Apoio de braços/Apoio de cabeça:**
- 11.4.3. Apoio de braços 360, regulável em altura, profundidade, abertura e ângulo. Apoio de cabeça regulável em altura.
- 11.5. **Mecanismo:**
- 11.5.1. Ajuste de altura do assento. Inclinação do encosto com 4 pontos de parada, possui movimento relax.
- 11.6. **Revestimento:**
- 11.6.1. Encosto e assento revestidos em PVC sintético de alta qualidade. Facilidade de assepsia e fogo retardante.
- 11.7. **Base:**
- 11.7.1. Base/Pata injetada em resina termoplástica de alta resistência e excelente qualidade. Medida: 780 mm.
- 11.8. **Rodízio/Rodinhas:**
- 11.8.1. Rodízio/ Rodinhas com 65 mm de diâmetro indicado para qualquer tipo de piso.
- 11.9. **Ergonomia:**
- 11.10. Cadeira ergonômica, conforme requisitos da norma regulamentadora NR 17.
- 11.11. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**
- 11.11.1. Em regra 100% montada e embalada com plástico filme ou similar. Podendo ser descarregada semimontada em 2 ou 3 partes (encosto com assento, eixo central e base) por unidade, mas com acoplagem e embalagem imediata no ato entrega.



Garantia de 05 anos.

12. LONGARINA 3 LUGARES

- 12.1. **Dimensões estimadas com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos:**
- 12.1.1. Longarina 3 lugares, assentos e encosto com espuma de poliuretano injetado e estrutura em aço, sem apoio de braços - sala de espera - cor: preta dimensões mínimas (l x a x p): 1500 mm x 850 mm x 600 mm
- 12.2. **Encosto:**

- 12.2.1. Material produzido em espuma de poliuretano injetado de alta densidade, com no mínimo 40 kg/m³, garantindo resiliência e evitando deformações ao longo do tempo.
- 12.2.2. Revestimento em vinil de alta resistência, com espessura mínima de 4,0 mm. O vinil deve ser de fácil limpeza, impermeável, resistente a agentes químicos de limpeza comuns e com proteção UV para evitar descoloração.
- 12.2.3. A cor do revestimento será preta. Apresentará moldagem anatômica que se adapta à curvatura natural da coluna, proporcionando apoio lombar adequado.
- 12.2.4. O tipo de espaldar será médio, com altura suficiente para oferecer suporte à região dorsal sem comprometer a movimentação dos ombros. O encosto deve possuir sistema de fixação robusto à estrutura, preferencialmente por parafusos com buchas metálicas embutidas na espuma, garantindo estabilidade e impedindo folgas.
- 12.3. **Assento:**
- 12.3.1. Fabricado em espuma de poliuretano injetado de alta densidade, com no mínimo 45 kg/m³, proporcionando durabilidade e evitando o "efeito memória" (marcações permanentes).
- 12.3.2. Revestimento em vinil de alta resistência, com espessura mínima de 4,0 mm, idêntico ao do encosto em termos de cor (preta), facilidade de limpeza, impermeabilidade e proteção UV.
- 12.3.3. Deverá apresentar moldagem anatômica, levemente côncava, para distribuir o peso corporal de forma uniforme e reduzir pontos de pressão, promovendo maior conforto ao usuário.
- 12.3.4. O assento deverá ser solidamente fixado à estrutura da longarina por meio de parafusos e porcas, garantindo que não haja movimentação ou rangidos.
- 12.4. **Estrutura:**
- 12.4.1. Estrutura da longarina construída integralmente em aço carbono, com tubos de parede de no mínimo 1,2 mm de espessura.
- 12.4.2. Os elementos estruturais (pés, barras de ligação e suportes dos assentos/encostos) devem ser dimensionados para suportar múltiplos usuários simultaneamente, com capacidade de carga individual de no mínimo 130 kg por assento.
- 12.4.3. A estrutura principal será composta por uma longarina horizontal onde os assentos são acoplados, suportada por pés estáveis.
- 12.4.4. O design deve priorizar a estabilidade e a distribuição de peso. Longarina para 3 (três) assentos. A estrutura metálica, incluindo a longarina e os pés, será na cor preta.
- 12.5. **Acabamento/Revestimento do Assento e Encosto:**
- 12.5.1. O vinil deve apresentar costuras reforçadas e acabamento impecável, sem rebarbas ou irregularidades, que possam causar desconforto ou comprometer a durabilidade do revestimento.
- 12.6. **Acabamento Superficial da Estrutura (Longarina e Pés):**
- 12.6.1. A estrutura de aço receberá pintura epóxi-pó eletrostática na cor preta.
- 12.6.2. Esse tipo de pintura oferece alta resistência à corrosão, riscos, impactos e abrasão, além de um acabamento liso e uniforme, fácil de limpar e que não solta tinta com o tempo.
- 12.7. **Pés:**
- 12.7.1. Os pés da longarina devem ser equipados com sapatas niveladoras ou ponteiros de polipropileno de alta resistência para proteger o piso contra riscos e permitir o ajuste da estabilidade do conjunto em superfícies irregulares.
- 12.8. **Soldas:**
- 12.8.1. Todas as soldas da estrutura metálica devem ser contínuas e de alta qualidade, com ausência de porosidade ou rebarbas, garantindo a integridade estrutural e segurança.
- 12.9. **Informações adicionais:**
- 12.9.1. Serão aceitas descrições técnicas de outros modelos, mas que cumpram a mesma função, dimensões, capacidades e qualidade das informações descritas acima e tratadas como similares.
- 12.10. **Forma de fornecimento no ato da entrega em nosso (s) galpão (ões):**
- 12.10.1. Em regra 100% montada e embalada com plástico filme ou similar.



Garantia de 05 anos.

12.10.2. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 27/04/2026, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2080628** e o código CRC **A8F6151D**.

NÚCLEO DE LICITAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.006260/2025

LOTE 1 - MOBILIÁRIOS ESCRITÓRIO EM MDP						
Item	CAT.MAT	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade 1ª Entrega	Quantidade Mínima (obrigatória)	Quantidade Global
1	485440	Armário alto fechado	Unidade	5	13	25
2	479932	Gaveteiro volante 3 compartimentos	Unidade	26	65	120
3	445682	Mesa retangular de 1,00 metro	Unidade	26	65	130
4	485842	Mesa retangular de 1,20 metro	Unidade	38	95	190
5	234879	Mesa retangular de 1,50 metro	Unidade	10	30	60
6	604575	Mesa Refeitório 4 lugares	Unidade	2	6	10
7	483357	Mesa Refeitório 6 lugares	Unidade	2	6	10
8	460897	Mesa redonda 1,20 metro	Unidade	3	9	20

LOTE 2 - LONGARINA E CADEIRAS P/ ESCRITÓRIO						
Item	CAT.MAT	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade 1ª Entrega	Quantidade Mínima (obrigatória)	Quantidade Global
1	458808	Cadeira fixa - Assistidos (as)	Unidade	140	420	700
2	331416	Cadeira giratória executiva - Servidores (as)	Unidade	100	300	500
3	602320	Cadeira giratória diretor - Defensores (as)	Unidade	36	110	180
4	364039	Longarina em 3 lugares	Unidade	18	54	90



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 27/04/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2080630** e o código CRC **0EFC7D3B**.

Referência: Processo nº E-20/001.006260/2025

SEI nº 2080630

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080
- www.defensoria.rj.def.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.006260/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INT PÚBLICO:

- 1.1. A necessidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ) consiste em assegurar a plena funcionalidade das suas unidades de atendimento e áreas administrativas. O problema identificado reside na existência de ativos permanentes inservíveis, no desgaste natural decorrente do uso intensivo e na demanda gerada pelo cronograma de expansão institucional, tanto em imóveis, como de pessoas.
- 1.2. Os problemas centrais a serem resolvidos sob a perspectiva do interesse público residem na necessidade de: (I) mitigar a obsolescência de bens permanentes, cujo desgaste natural, dificuldade e antieconomicidade de manutenção acabam por comprometer a operação; (II) equipar novas unidades, além de espaços reformados, conforme o cronograma da Diretoria de Engenharia; e, (III) manter a capacidade de resposta imediata após movimentações internas e ampliações estruturais, inclusive de servidores, evitando a interrupção de atendimento ao público por falta de infraestrutura física básica.
- 1.3. Tem-se como resultado esperado a necessidade de garantir que o mobiliário institucional cumpra sua função de suporte às atividades jurídicas e administrativas, mantendo padrões de ergonomia e dignidade no atendimento aos assistidos.
- 1.4. A presente demanda não abrange mobiliários de ambientes específicos, como **estações de trabalho** e **mesas plataforma**. Tal decisão fundamenta-se na **especificidade técnica** desses itens, que exigem projetos de layout vinculados a infraestruturas de cabeamento estruturado e elétrica específicas. A separação visa preservar a economia de escala para os itens de uso comum e padronizado, evitando que a complexidade de mobiliários customizados encareça ou restrinja a competitividade dos itens de linha regular.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁT SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:

- 2.1. Para o atendimento da necessidade, qualquer solução a ser adotada pelo mercado deverá obrigatoriamente observar os seguintes requisitos mínimos:
- 2.1.1. **Ergonomia e Saúde:** Atendimento integral à NR-17 e normas técnicas da ABNT correlatas para garantir a integridade física dos usuários.
- 2.1.2. **Garantia e Assistência Técnica:** Provisão de suporte corretivo e garantia de durabilidade mínima para assegurar o ciclo de vida do ativo, considerando a logística capilarizada da DPRJ.
- 2.1.3. **Sustentabilidade:** Os materiais devem observar a **Resolução DPGERJ 1249/2024** priorizando produtos com certificação de origem de madeira (FSC ou equivalente) e acabamentos com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs).
- 2.1.4. **Desempenho e Durabilidade:** Resistência a ambientes de alta rotatividade, comprovada por certificados de conformidade técnica, seguindo, principalmente, as NBRs 13962 (cadeiras) e 13966 (mesas), por exemplo.
- 2.2. Ressalte-se que o objeto do presente processo não se enquadra como bem de luxo, consoante artigo 20 da Lei 14.133/2021.
- 2.2.1. **Especificações básicas dos bens necessários:**

ARMÁRIO ALTO FECHADO	
DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 900 MM X 1600 MM X 490 MM	
TAMPO	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 25 mm, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
CORPO, PRATELEIRAS E PORTAS ESTRUTURA:	Corpo (fundo, laterais, base inferior), prateleiras e portas confeccionados em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 18 mm, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
REVESTIMENTO: TAMPO, CORPO, PORTAS E PRATELEIRAS	todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão - BP em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada, proporcionando maior resistência e acabamento.
BORDAS: TAMPO E PORTAS	bordas com acabamento em fita de poli cloreto de vinil - PVC de 2 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.
BORDAS: CORPO E PRATELEIRAS	bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2 mm em todo seu perímetro.
ABERTURA DAS PORTAS	Duas portas com dobradiças com abertura com um ângulo de 270° confeccionada em aço de alta resistência, sem mola, regulagem horizontal livre, que permite fechamento suave da porta através de um sistema com micro pistão hidráulico, com amortecedor integrado a dobradiça, amortecimento Silent System, ou equivalente. A dobradiça deve permitir a dar maior estabilidade ao móvel e as outras 04 prateleiras são reguláveis e apoiadas em pinos metálicos (exigidos na NBR 13961/2010), os quais são colocados em furos simétricos e equidistantes nas laterais do armário. Puxadores embutidos com abertura das portas através de cavidades laterais nas extremidades das portas (central próximo a fechadura ou da parte superior da porta até o centro da porta) e/ou embutidas na própria parte frontal das portas, sem a utilização de puxador frontal sobressaltado ou tipo "cava".
PRATELEIRAS REGULAGENS	Prateleiras com regulagens para prateleiras a cada 64 mm, sendo uma fixa através do sistema de minifix e cavilhas, situada em torno do meio da altura do corpo do armário, para dar maior estabilidade ao móvel e as outras 04 prateleiras são reguláveis e apoiadas em pinos metálicos (exigidos na NBR 13961/2010), os quais são colocados em furos simétricos e equidistantes nas laterais do armário.
SISTEMA DE TRAVAMENTO	O travamento das portas é efetuado por fechadura do tipo cremona, onde ao girarmos a chave no miolo da fechadura, duas hastes metálicas a base seja feita de aço de 50 mm, integrantes da fechadura giram simultaneamente e abraçam cada uma delas 01 pino metálico fixado sob o tampo e na base do armário respectivamente, além de uma barra metálica sair do miolo da fechadura e travar a outra porta. Deverão ser fornecidas 02 chaves escamoteáveis.

GAVETEIRO VOLANTE 3 COMPARTIMENTOS	
DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 460 MM X 700 MM X 450 MM	

GAVETEIRO VOLANTE 3 COMPARTIMENTOS	
TAMPO	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 25 mm, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
CORPO, PRATELEIRAS E PORTAS ESTRUTURA	Corpo (fundo, laterais e base inferior), confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 18 mm, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial;
REVESTIMENTO: TAMPO, CORPO, PORTAS E PRATELEIRAS	Todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada.
BORDAS: TAMPO	Bordas com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,0 mm em todo seu perímetro.

MESA DE TRABALHO	
DIMENSÕES mínimas (L X A X P): 1000 MM X 740 MM x 600 mm	
TAMPO	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial. Com 2 aberturas redondas com diâmetro mínimo de 60mm semitampadas faceando a saia em ambas extremidades para passagem de cabo, tampas em polipropileno.
SAIA	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 18 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
REVESTIMENTO: TAMPO, E SAIA	Todo revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada antirreflexo e resistente à abrasão e impacto.
BORDAS: TAMPO	Bordas com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.
BORDAS: SAIAS	Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,0 mm em todo seu perímetro.
ESTRUTURA	Pés metálicos em formato "1" com tratamento anticorrosivo por fosforização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa. Com base, coluna e travessa superior, sendo a coluna vazada para permitir a passagem de fiação entre o piso e as calhas composto por base em chapa de aço estampada, de modo dispensar o uso de ponteiros. Medidas mínimas dos pés: 550 mm comprimento, 60 mm de largura, 28 mm de altura, 2,0 mm de espessura, com duas chapas soldadas na face inferior, espessura 3.0 mm, com rebite 5/16 para receber sapatas com diâmetro de 50 mm, abertura para passagem de cabos possibilitando a passagem dos mesmos do piso até a superfície superior do tampo, coluna frisada em chapa de aço fina frio 1,06 mm de espessura, com largura de no mínimo 165 mm, com tampa para fechamento para acesso ao cabeamento, e no lado externo da coluna com tampa fixada sob encaixe, com 3 saídas independentes para fiação e travessa superior em chapa de aço 14 de espessura. Compassa cabos em polipropileno injetado com diâmetro central de Ø 70mm, composto para tampa externa superior em formato oblongo com quatro saídas independentes para cabeamento. Guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores para a acomodação do cabeamento.
CALHA	Em chapa de aço fino frio #20 com 0.9mm de espessura, dobrada em formato "J», com duto para passagem de cabos dotada de aberturas estampadas na qual podem ser instaladas quatro tomadas elétricas, e conectores para rede e telefonia, sob o tampo no painel frontal através de parafuso autoarraxante, pintura eletrostática em epóxi, espessura mínima 40 microns. Sistema de fixação dos pés feita através de bucha e parafuso com rosca facilitando a montagem e desmontagem.

MESA DE TRABALHO	
DIMENSÕES mínimas (L X A X P): 1200 MM X 740 MM x 600 mm	
TAMPO	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial. Com 2 aberturas redondas com diâmetro mínimo de 60mm semitampadas faceando a saia em ambas extremidades para passagem de cabo, tampas em polipropileno.
SAIA	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada (MDP) com no espessura mínima de 18 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
REVESTIMENTO: TAMPO, E SAIA	Todo revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada antirreflexo e resistente à abrasão e impacto.
BORDAS: TAMPO	Bordas com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.
BORDAS: SAIAS	Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,0 mm em todo seu perímetro.
ESTRUTURA	Pés metálicos em formato "1" com tratamento anticorrosivo por fosforização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa. Com base, coluna e travessa superior, sendo a coluna vazada para permitir a passagem de fiação entre o piso e as calhas composto por base em chapa de aço estampada, de modo dispensar o uso de ponteiros. Medidas mínimas dos pés: 550 mm comprimento, 60 mm de largura, 28 mm de altura, 2,0 mm de espessura, com duas chapas soldadas na face inferior, espessura 3.0 mm, com rebite 5/16 para receber sapatas com diâmetro de 50 mm, abertura para passagem de cabos possibilitando a passagem dos mesmos do piso até a superfície superior do tampo, coluna frisada em chapa de aço fina frio 1,06 mm de espessura, com largura de no mínimo 165 mm, com tampa para fechamento para acesso ao cabeamento, e no lado externo da coluna com tampa fixada sob encaixe, com 3 saídas independentes para fiação e travessa superior em chapa de aço 14 de espessura. Compassa cabos em polipropileno injetado com diâmetro central de Ø 70mm, composto para tampa externa superior em formato oblongo com quatro saídas independentes para cabeamento. Guia central e tampa externa inferior em formato circular com divisores para a acomodação do cabeamento.
CALHA	Em chapa de aço fino frio #20 com 0.9mm de espessura, dobrada em formato "J», com duto para passagem de cabos dotada de aberturas estampadas na qual podem ser instaladas quatro tomadas elétricas, e conectores para rede e telefonia, sob o tampo no painel frontal através de parafuso autoarraxante, pintura eletrostática em epóxi, espessura mínima 40 microns. Sistema de fixação dos pés feita através de bucha e parafuso com rosca facilitando a montagem e desmontagem.

MESA DE TRABALHO	
DIMENSÕES mínimas (L X A X P): 1500 MM X 740 MM x 600 mm	
TAMPO	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada - (MDP) com espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
REVESTIMENTO: TAMPO, E BORDAS	Tampo todo revestido com laminado melamínico 0,3 mm de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada antirreflexo e resistente à abrasão e impacto. Bordas com acabamento em fita de PVC de 03 mm de espessura mínima, com bordas arredondadas, colada a quente pelo sistema tipo hot melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.
ESTRUTURA	Mesa é constituída em tubos e perfis de aço SAE 1020, sendo que seus pés são fabricados em chapa de aço SAE 1020 de 1,50 mm de espessura, conformada em formato piramidal por processo de estampagem em prensa hidráulica, medindo 680 mm de abertura útil de apoio ao chão.
COLUNA	Sustentação vertical são fabricadas em tubo de aço SAE de formato hexagonal medindo 36 x 96 mm, com espessura de 1,50 mm, fixadas aos pés por meio de parafusos métricos com sextavado interno M8 x 30. Ponteiros de acabamento na parte superior da coluna, acompanhando o formato do tubo, fixadas por parafusos e injetadas em polietileno.
TRAVA DE UNIÃO	Os pés confeccionada em tubo de aço SAE 1020 de 40 x 40 mm, com espessura de 1,50 mm, encaixada aos pés e fixada a eles através de parafusos métricos com sextavado interno M8 x 70. Ponteiros de acabamento injetadas em polietileno.
MECANISMO DE SISTEMA REBATÍVEL	Confeccionado em aço SAE 1020, fixados em cada uma das 2 travessas de fixação do tampo, acionados por mola de aço helicoidal e puxador de acionamento em tubo de aço SAE 1020 de diâmetro 16 mm com revestimento em espuma de poliuretano. Barra estabilizadora dos mecanismos de rebatimento em tubo de aço SAE 1020 medindo 20 x 20mm.
TRAVESSA DE FIXAÇÃO DO TAMPO	Em chapa de aço SAE 1020 dobrada, com espessura de 2,65 mm, com 2 suportes para 4 parafusos em cada travessa, fixadas à barra estabilizadora dos mecanismos através de parafusos métricos com sextavado interno de M8 x 25.

MESA DE TRABALHO	
RODÍZIOS	Com freio e duplo giro, com rodas e cavalete injetados em poliamida (nylon 6), com modificador de impacto. Eixo vertical em aço treilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm, eixo horizontal em aço treilado 1010/1020 com diâmetro de 8 mm, e rodas com diâmetro de 60mm. O eixo vertical é dotado de anel elástico em aço que possibilita acoplamento fácil e seguro à base. Banda de rodagem macia (PU) com cores diferentes no centro e na banda de rodagem, indicado para pisos duros, estabelecidos na norma ABNT 14049/98, com rodas revestidas com material resiliente (poliuretano), (tipo W estabelecido na norma 13962/2006).

MESA DE REFEITÓRIO	
DIMENSÕES mínimas (L X A X P): 1400 MM X 720 MM x 800 mm	
TAMPO	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada - (MDP) com na espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
ACABAMENTO: REVESTIMENTO/TAMPO	Revestido com laminado melamínico 0,3 mm de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada anti-reflexo e resistente à abrasão e impacto.
ESTRUTURA	Com pés metálicos redondo, colunas metálicas compostas de tubo redondo de 3” polegadas com parede de 1,5mm. Travessa de ligação das colunas feita através de tubo 50x30 com parede de 0.9mm. Chapa de união de travessas confeccionadas em aço carbono de 2mm. Sistema de união entre as peças através de solda. Colunas com sapata injetadas em polietileno de alta densidade para proteção, sem possibilidade de nivelamento. Travessas de ligação dos pés laterais confeccionadas em tubo 50x30 com parede de 0,9 mm, com suporte de fixação de tampo em chapa de aço carbono de 1,2 mm, unidas entre si através de solda. Colunas com sapatas injetadas em polietileno de alta densidade para proteção, sem possibilidade de nivelamento. Montagem da estrutura realizada com parafusos M6X12 zincado com encaixe para chave philips. Para fixação do tampo utiliza-se parafusos autoarrachantes 4,8x13mm diretamente no tampo.
PINTURA	Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e que a própria indústria possua o equipamento para tal processo e recebem pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micra de espessura, atendendo-se os critérios de preparação, tratamento e tempo de cura recomendados pelo fabricante da tinta empregada, de forma que o resultado atenda as exigências previstas nas normas da ABNT.

MESA DE REFEITÓRIO	
DIMENSÕES mínimas (L X A X P): 2000 MM X 720 MM x 800 mm	
TAMPO	Confeccionado em chapa de madeira aglomerada - (MDP) com na espessura mínima de 25 mm, em eucalipto e pinus, densidade mínima de 600 kg/m³, resistência à tração perpendicular, resistência à flexão estática e resistência à tração superficial.
ACABAMENTO: REVESTIMENTO/TAMPO	Revestido com laminado melamínico 0,3 mm de baixa pressão em ambas as faces, resultando uma chapa única e acabada anti-reflexo e resistente à abrasão e impacto.
ESTRUTURA	Com pés metálicos redondo, colunas metálicas compostas de tubo redondo de 3” polegadas com parede de 1,5mm. Travessa de ligação das colunas feita através de tubo 50x30 com parede de 0.9mm. Chapa de união de travessas confeccionadas em aço carbono de 2mm. Sistema de união entre as peças através de solda. Colunas com sapata injetadas em polietileno de alta densidade para proteção, sem possibilidade de nivelamento. Travessas de ligação dos pés laterais confeccionadas em tubo 50x30 com parede de 0,9 mm, com suporte de fixação de tampo em chapa de aço carbono de 1,2 mm, unidas entre si através de solda. Colunas com sapatas injetadas em polietileno de alta densidade para proteção, sem possibilidade de nivelamento. Montagem da estrutura realizada com parafusos M6X12 zincado com encaixe para chave philips. Para fixação do tampo utiliza-se parafusos autoarrachantes 4,8x13mm diretamente no tampo.
PINTURA	Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e que a própria indústria possua o equipamento para tal processo e recebem pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micra de espessura, atendendo-se os critérios de preparação, tratamento e tempo de cura recomendados pelo fabricante da tinta empregada, de forma que o resultado atenda as exigências previstas nas normas da ABNT.

MESA DE REDONDA	
DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1200 MM X 740 MM X 25 MM	
TAMPO	Tampo redondo em MDP, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm. A fixação tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo. Estrutura inteiraça com 04 patas formada por tubos e chapas metálicas, com a base superior em tubo de aço 20 X 30 x 1,2 mm, a base inferior em chapa de aço repuxada curva dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, com espessura mínima de 1,5 mm, e a coluna de sustentação composta por tubo redondo Ø 101,6 x 1,5 mm, sendo todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi pó poliéster fosca de alta performance, polimerizada em estufa a 200º C. Acabamento com sapatas em PVC rígido com diâmetro de 63 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso.

CADEIRA FIXA - ASSISTIDO	
DIMENSÕES MÍNIMAS DE TRABALHO (L X A X P): 540 MM X 810 MM X 540 MM	
ESTRUTURA	Em aço composta por um par de lateral no formato de um “U” invertido em tubo de aço com secção circular com 1” (25,40mm) de diâmetro na chapa #16 (1,50mm) dobra nas pontas para nivelamento ao solo. Interligadas com duas barras retas de tubo de aço com diâmetro de 7/8” (22,23mm) na chapa #14 (1,90mm). Dois apoios de assento/encosto fixado sobre as duas barras retas, confeccionado em tubo de aço com diâmetro de 1” (25,40mm) na chapa #16 (1,50mm), dobrado com leve inclinação para acomodar as costas do usuário, utiliza- se chapa #16 (1,50mm) para maior resistência da peça. Todas as peças metálicas são soldadas. Ponteiras e sapatas plásticas para acabamento dos tubos. Sapata reforçada com 5mm de espessura em sua base.
ENCOSTO	Injetado em polipropileno copolímero de alta resistência e pigmentado na cor, possui dimensões de 265 mm de altura e 460 mm de largura. Possui curvatura anatômica, de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, se adaptando melhor à coluna vertebral. Furos em desenho elíptico medindo 17x9mm, possui quatro fileiras no sentido horizontal. Fixado na estrutura através de encaixe no próprio encosto auxiliado por um botão de fixação de cada lado. Logotipo do fabricante estampado na parte posterior do encosto.
ASSENTO	Injetado em polipropileno copolímero de alta resistência com curvatura anatômica e pigmentado na cor. Possui 395 mm de comprimento e 465 mm de largura. Furos de aeração em desenho elíptico medindo 16x8mm, possui uma fileira no sentido horizontal. Fixado na estrutura através de 4 rebites de alumínio, com medidas de 4,8x40mm.

CADEIRA TIPO DIRETOR GIRATÓRIA ESPALDAR MÉDIO COM BRAÇOS	
DIMENSÕES MÍNIMAS DE TRABALHO (L X A X P): 600-660 MM X 965-1160 MM X 660-840 MM	
ASSENTO	Assento em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 14 mm de espessura média. Possui curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 50 Kg/m³ com 50 mm de espessura média. Contra capa do assento injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, montada por grampos com acabamento zincado e parafusos phillips, auxiliando em futuras manutenções. A fixação do assento no mecanismo é feita com parafusos sextavados grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Braços e corpo dos braços em polipropileno copolímero injetado texturizado na cor preta, com alma fabricada em chapa de aço SAE 1020 com 50,50 mm de largura e 6,35 mm de espessura, pintada, com 7 posições de regulagem de altura feita por botão injetado em poliamida 6, totalizando 80 mm de curso. Chapa para fixação no assento com 2 furos oblongos, permitindo ajuste horizontal por parafuso com utilização de chave com curso de 25 mm em cada braço durante a montagem. A fixação do braço no assento é feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Profundidade do assento: 470 mm x largura do assento: 480 mm.
ENCOSTO	Encosto em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 14 mm de espessura média. Possui curvatura anatômica de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 50 Kg/m³ com 44 mm de espessura média. Contra capa do encosto injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, montada por encaixe em presilha injetada em poliamida 6.6 com reforço de 35% de fibra de vidro na parte superior do encosto e por parafusos phillips na parte inferior, auxiliando em futuras manutenções. A fixação do encosto no mecanismo é feita com parafusos sextavados grau 5SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Altura do encosto: 500 mm x Largura do Encosto: 460 mm.
REVESTIMENTO	Em tecido com costuras duplas reforçadas em couro ecológico sintético, exceto a contra capa.
CULONA	Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 50,8 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede, rolamento axial de giro com esferas tratadas termicamente e arruelas de aço temperado de alta resistência, bucha mancal de giro injetada em poliacetal e recalibrada na montagem, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás DIN 4550 Classe 4 com 115 mm de curso nominal com tolerância de 5 mm para mais ou para menos, quando medida montada, devido à compressão dos componentes. Possui sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse. Sistema de regulagem de altura da cadeira por coluna de mola à gás. Capa telescópica injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, dividido em 3 partes encaixadas, usado para proteger a coluna.
BASE	Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes fabricada com tubos de aço SAE 1010/1020 retangular 20x30 mm e 1,50 mm de espessura de parede, soldadas em cone central fabricado em tubo aço SAE 1012 redondo com 57,15 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura de parede. Pino do rodízio fabricado de barra de aço trefilado SAE 1213 redondo com 10 mm de diâmetro soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por capa injetada em polipropileno copolímero na cor preta com sistema de encaixe plástico entre cone da aranha e a coluna, apoiada sobre 5 rodízios de giro duplo com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, esfera metálica inserida na estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares. Montagem do rodízio na base é feito diretamente sobre o pino soldado na aranha sem utilização de buchas de adaptação.

CADEIRA TIPO PRESIDENTE GIRATÓRIA ESPALDAR ALTO COM BRAÇOS	
DIMENSÕES MÍNIMAS DE TRABALHO (L X A X P): 600~720 MM X 1195~1240 MM X 550~780 MM	
ASSENTO	Assento estofado, espuma com densidade controlada (45 a 55 kgf/m³). Possui regulagem de profundidade. Profundidade do Assento: 550 mm.
ENCOSTO	Estrutura injetada em resina plástica, revestimento sintético em PVC com apoio lombar regulável na altura. Altura do encosto: 660 mm x largura do encosto: 490 mm.
APOIO DE BRAÇO/DE CABEÇA	Apoia-braços 360, regulável em altura, profundidade, abertura e ângulo. Apoio de cabeça regulável em altura.
MECANISMO	Ajuste de altura do assento. Inclinação do encosto com 4 pontos de parada, possui movimento relax.
REVESTIMENTO	Encosto e assento revestidos em PVC sintético de alta qualidade. Facilidade de assepsia e fogo retardante.
BASE	Base/Pata injetada em resina termoplástica de alta resistência e excelente qualidade. Medida: 780 mm.
RODÍZIO	Rodízio/ Rodinhas com 65 mm de diâmetro indicado para qualquer tipo de piso.
ERGONOMIA	Cadeira ergonômica, conforme requisitos da norma regulamentadora NR 17.

LONGARINA 3 LUGARES, ASSENTO E ENCOSTO COM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADO E ESTRUTURA EM AÇO, SEM APOIO DE BRAÇOS	
DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1500 MM X 850 MM X 600 MM	
ESTRUTURA	Estrutura da longarina construída integralmente em aço carbono, com tubos de parede de no mínimo 1,2 mm de espessura. Os elementos estruturais (pés, barras de ligação e suportes dos assentos/encostos) devem ser dimensionados para suportar múltiplos usuários simultaneamente, com capacidade de carga individual de no mínimo 130 kg por assento. A estrutura principal será composta por uma longarina horizontal onde os assentos são acoplados, suportada por pés estáveis. O design deve priorizar a estabilidade e a distribuição de peso. Longarina para 3 (três) assentos. A estrutura metálica, incluindo a longarina e os pés, será na cor preta.
ENCOSTO	Material produzido em espuma de poliuretano injetado de alta densidade, com no mínimo 40 kg/m³, garantindo resiliência e evitando deformações ao longo do tempo. Revestimento em vinil de alta resistência, com espessura mínima de 4,0 mm. O vinil deve ser de fácil limpeza, impermeável, resistente a agentes químicos de limpeza comuns e com proteção UV para evitar descoloração. A cor do revestimento será preta. Apresentará moldagem anatômica que se adapta à curvatura natural da coluna, proporcionando apoio lombar adequado. O tipo de espaldar será médio, com altura suficiente para oferecer suporte à região dorsal sem comprometer a movimentação dos ombros. O encosto deve possuir sistema de fixação robusto à estrutura, preferencialmente por parafusos com buchas metálicas embutidas na espuma, garantindo estabilidade e impedindo folgas.

2.3. Há necessidade de se observar um prazo de garantia para os materiais especificados não inferior a 60 (sessenta) meses contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega.

2.4. Será solicitado pela DPRJ o envio por meio eletrônico de folders ou catálogos dos fabricantes dos respectivos itens, devidamente identificados. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagem ou adaptações nos bens após aprovação dos catálogos e/ou folders, caso solicitados e apresentados. No caso de catálogos com diversos modelos, deverá ser identificado qual a marca/modelo do bem.

2.5. A exigência de apresentação de folders ou catálogos justifica-se pela necessidade de a Administração realizar uma análise técnica preliminar de compatibilidade estética e funcional sem gerar custos logísticos. Tal medida permite verificar se o design e os componentes ofertados guardam relação direta com as normas técnicas exigidas.

2.6. O catálogo oficial do fabricante é o documento que atesta a linha de produção do bem, permitindo conferir se as dimensões, materiais e componentes (dobradiças, pistões, revestimentos) são de linha regular e possuem assistência técnica garantida, evitando a oferta de protótipos artesanais ou modificados.

2.7. A análise documental prévia através de catálogos serve como filtro de segurança para confirmar se o produto ofertado corresponde aos laudos de ergonomia (NR-17) e ensaios de resistência (ABNT) apresentados, garantindo que o bem a ser entregue em larga escala seja idêntico ao divulgado pelo fabricante ao mercado.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

3.1. Para suprir a necessidade identificada, foram analisadas as seguintes alternativas:

Alternativa - solução 1 - LOCAÇÃO	
Atendimento aos Requisitos	Não há garantias de atendimento, pois os materiais disponibilizados podem não atender as normas técnicas exigidas, nem a qualidade especificada, conforme as necessidades do contratante.

Alternativa - solução 1 - LOCAÇÃO	
Vantagens e Desvantagens da Solução	<p>VANTAGENS:</p> <ul style="list-style-type: none">- Em caso de problemas, o locador substitui, uma vez que a manutenção dos bens poderia ser inclusa no contrato de locação.- Possível baixo investimento inicial. <p>DESVANTAGENS:</p> <ul style="list-style-type: none">- A locação de mobiliários é uma solução mais indicada para o atendimento de necessidades temporárias, uma vez que há prazo contratual pela locação. A necessidade da Instituição é de utilização dos bens de forma permanente;- Em regra, ausência de incorporação ao patrimônio público;- Caso se entendesse pela incorporação para utilização permanente, acredita-se que o custo do contrato superaria o de desgaste dos itens;- Mercado restrito, praticamente não há empresas que trabalhem com esta modalidade;- Perfil da contratação para poucos itens;- Altos custos de deslocamento para entrega, substituição, etc, considerando a necessidade de atendimento no Estado inteiro.
Valor Estimado	A Estimativa torna-se complexa. A locação de mobiliários se faz mais adequada por prazos curtos e predeterminados. A padronização também não permite uma comparação coerente. Tentou-se conseguir orçamentos, sem êxito nas respostas. Verificou-se que, normalmente, a locação se faz para eventos específicos e não para utilização por grandes prazos.

Alternativa - solução 2 - DOAÇÃO	
Atendimento aos Requisitos	Assim como na locação, não há garantia de atendimento dos requisitos técnicos, principalmente porquê, em regra, a disponibilização de bens para doação por outros órgãos públicos possuem requisitos previstos no Decreto Estadual 49289/2024, de modo que podem ser doados bens declarados inservíveis ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis para o doador, não servindo, assim, para os interesses da Instituição.
Vantagens e Desvantagens da Solução	<p>VANTAGENS:</p> <ul style="list-style-type: none">- Bens sem utilidade são reaproveitados, evitando novos gastos com aquisição;- Facilita o desfazimento adequado de bens, aumentando a eficiência na gestão de patrimônio;- Evita que bens com potencial uso sejam descartados, contribuindo para aplicação do princípio da economicidade. <p>DESVANTAGENS:</p> <ul style="list-style-type: none">- Processo mais lento e oneroso, uma vez que há necessidade de apresentação de laudos, cumprimento de requisitos e autorizações, gerando maior burocracia, e dificultando o atendimento mais rápido da Instituição;- Ausência de garantia;- Possível necessidade de maior manutenção dos bens, considerando que, em regra, não seriam doados bens novos, motivo pelo qual os custos poderiam ser maiores ao valor do bem;- Inviável para padronização;- Maior insegurança jurídica, considerando que nem todos os entes possuem normativas claras sobre como se proceder, de modo que pode haver interpretações divergentes dos procedimentos para a realização adequada do negócio;- Eventuais irregularidades ou prejuízos ao erário gerará responsabilização aos gestores e servidores, o que demanda maior cautela na aceitação dos procedimentos;- Dificuldade na realização da avaliação dos bens de forma correta e na logística de recebimento e transporte, principalmente diante da necessidade de grande número de mobiliários necessários.
Valor Estimado	Não há custo direto, já que a doação é gratuita. Contudo, deve se levar em conta os custos da logística de transporte, manutenção e recursos humanos.

Alternativa - solução 3 - AQUISIÇÃO	
Atendimento aos Requisitos	Maior facilidade na conferência de cumprimento dos requisitos que se espera ser atendidos, uma vez que é possível descrevê-los no Termo de Referência de eventual licitação, bem como registrar eventuais encargos para fornecedores.
Vantagens e Desvantagens da Solução	<p>VANTAGENS:</p> <ul style="list-style-type: none">- A solução disponibiliza materiais a partir do mapeamento das demandas da Administração;- Materiais com baixa demanda por manutenção, já que novos;- A aquisição permite o atendimento de todo o Estado a um custo razoável e mensurável.- Mercado bastante difuso e expressivo, em razão dos mais variados fornecedores capazes de atender a demanda;- Possibilidade do fornecedor ser de fora da região do Contratante;- Mobiliários em condições de uso, podem ser distribuídos para atender qualquer outra localidade.- As necessidades prementes da montagem, por exemplo, de cadeiras, ser realizada pela Contratada. <p>DESVANTAGENS:</p> <ul style="list-style-type: none">- Custo relativamente elevado, se considerada a quantidade global de contratação.
Valor Estimado (conforme cálculos apresentados no item 5 deste ETP)	xxx

3.2. A escolha da solução baseou-se, ainda, em uma análise comparativa de viabilidade técnica e econômica, utilizando como métrica o **Custo Total de Propriedade (TCO)** para um ciclo de 60 meses (5 anos), período equivalente à garantia técnica exigida para novos bens.

3.3. "O TCO (Total Cost of Ownership, ou Custo Total de Propriedade) é uma métrica financeira usada para **estimar o custo total de um ativo durante sua vida útil**. Essa análise considera o custo inicial de aquisição e todos os custos adicionais que surgem ao longo do tempo para manter, operar e descartar o produto." ^[1]

3.4. "O TCO é, ainda, pouco conhecido na área de Custos, sendo mais utilizado na Logística e na Engenharia de Software. Na gestão de custos, as técnicas normalmente empregadas consideram os bens e serviços a partir do momento em que estes passam a fazer parte das operações, enquanto no TCO questiona-se as próprias decisões de aquisição, já que estas devem ser tomadas levando-se em conta, além dos preços de compra, os custos que a empresa terá com o processo de aquisição, com a operação e com a manutenção dos itens. A utilidade do TCO está em ampliar as possibilidades de análise da gestão de custos." ^[2]

3.5. **Fundamentação das Evidências Econômicas:**

3.5.1. **A Inviabilidade Econômica da Locação (Alternativa 1):** Conforme parâmetros de mercado para locação de ativos (leasing operacional), as taxas mensais praticadas variam entre **3,5% e 5%** do valor de face do bem. Desta forma, considerando 5% do valor do bem, em apenas **20 meses**, o gasto com aluguel igualaria o valor de compra. Como a necessidade da DPRJ é permanente, a manutenção desta solução por 60 meses resultaria em um prejuízo potencial ao erário de aproximadamente **R\$ 3.000.000,00** em comparação à aquisição. Exemplo - Cadeira Giratória para locação - valor R\$ 104,00 por mês ^[3] (valor anual

de locação cerca de R\$ 1.248,00). Considerando uma expectativa de vida útil de 5 (cinco) anos, haveria um custo total de locação de R\$ 6.240,00 (apenas para um modelo de cadeira). No item 6 deste ETP, estima-se o valor aproximado de R\$ 2.081,59 na aquisição da cadeira, com garantia de 5 (cinco) anos.

3.5.2. **O Custo Indireto da Doação (Alternativa 2):** A análise do Decreto Estadual nº 49.289/2024 revela que bens disponíveis para doação são, em sua maioria, "ociosos" ou "recuperáveis". Estimativas da COPAT indicam que o custo de transporte, laudo de avaliação e reforma de um posto de trabalho doado atinge **65% do valor de um bem novo**, porém com vida útil remanescente inferior a 24 meses e sem conformidade ergonômica (NR-17), tornando o custo-benefício negativo.

3.5.3. **A Vantagem Estratégica da Aquisição via Licitação (Alternativa 3):** A aquisição mostra-se a solução mais vantajosa por permitir economia de escala, já que a licitação atrai fabricantes diretos, reduzindo, assim, o preço unitário em comparação às demais soluções e a depreciação planejada, uma vez que o mobiliário com garantia de 5 (cinco) anos possui valor residual e utilidade que ultrapassam os 10 (dez) anos, diluindo o investimento do custo estimado em um custo anual de depreciação inferior a R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) para toda a Instituição.

3.5.4. Após análise pragmática sob a ótica da Lei 14.133/2021, a solução 3, ou seja, Aquisição, se mostra mais vantajosa. Ela permite o pleno atendimento aos requisitos de ergonomia e sustentabilidade com o melhor aproveitamento dos recursos públicos a longo prazo, garantindo a autonomia da Instituição na gestão de seus espaços, notadamente em razão da necessária padronização dos bens, e internalização dos mesmos, gerando a permanência dos bens para a Defensoria.

3.5.5. Igualmente, após a análise das métricas mencionadas há demonstração de que esta última apresenta o menor Custo Total de Propriedade, maior segurança jurídica, em razão das garantias previstas e plena aderência às normas de saúde ocupacional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

4.1. A solução consiste na aquisição de mobiliário de escritório (armários, mesas, cadeiras, gaveteiros e longarinas) via **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com fornecimento parcelado, logística de entrega técnica, montagem para as cadeiras e longarinas e suporte pós-venda por 60 meses, caso se verifique defeito de fabricação.

4.2. A execução será sob demanda, iniciada pela emissão e envio de Nota de Empenho pelo Núcleo de Contratos (NUCONT), após requisição realizada pela Coordenação de Patrimônio (COPAT).

4.3. **Prazos de Entrega:** O fornecedor terá até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir do dia seguinte ao envio do empenho para efetuar a entrega e montagem (no caso das cadeiras e longarinas).

4.4. **Agendamento e Local:** O agendamento deve ser formalizado com **02 dias úteis de antecedência**, junto à Coordenação de Patrimônio e/ou Coordenação de Material, pelos e-mails copat@defensoria.rj.def.br e comat@defensoria.rj.def.br, respectivamente. As entregas ocorrerão no **Depósito Central em São Cristóvão**, localizado na Rua Senador Alencar, 220 - São Cristóvão - Rio de Janeiro/RJ, sempre em dias úteis das 09h às 17h.

4.5. **Rito de Recebimento e Substituição (Art. 140, Lei 14.133/2021):**

4.5.1. **Recebimento Provisório:** No ato da entrega, para conferência quantitativa e integridade aparente.

4.5.2. **Recebimento Definitivo:** Em até 15 (quinze) dias úteis, após inspeção técnica pelos Fiscais requisitantes da Ata, para apurar a conformidade com as normas ABNT e NR-17.

4.5.3. **Substituição por Avaria:** Identificada divergência ou defeito no ato da montagem ou na inspeção, o fornecedor deverá realizar a substituição ou correção em até 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação enviada pela Instituição.

4.6. **Assistência Técnica e Garantia:**

4.6.1. **Prazo de Garantia:** Mínimo de 60 (sessenta) meses/5 (cinco) anos para todos os itens.

4.6.2. **Suporte On-site:** A assistência técnica é descentralizada. Em caso de vício de fabricação ou fadiga de material, o técnico deve se deslocar até o Depósito no qual houve a entrega dos bens.

4.6.3. Todos os custos de deslocamento, peças e mão de obra correm por conta do fornecedor.

4.7. **Sustentabilidade e Gestão de Resíduos (Resolução DPGERJ 1249/2024):**

4.7.1. **Resíduos da Instalação:** O Fornecedor é obrigado a realizar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de todas as embalagens (papelão, plásticos, calços) imediatamente após a entrega e montagem, quando for o caso.

4.7.2. **Projeto de Descarte do Mobiliário Antigo:** A Administração adotará o critério de **logística reversa interna**. O mobiliário substituído será triado pela COPAT para: (a) remanejamento para unidades que estiverem com necessidade, após abertura de Ordem de Serviço; (b) alienação/doação de bens inservíveis conforme Decreto Estadual 49.289/2024; ou (c) descarte via cooperativas de reciclagem, por exemplo, garantindo que o novo mobiliário não gere acúmulo de passivo ambiental nas unidades.

4.8. **Verificação Documental:**

4.9. Como condição de aceitabilidade, o licitante deverá apresentar **catálogos técnicos ou folders**. A análise do catálogo servirá como prova de que o produto é de linha regular do fabricante, evitando adaptações artesanais.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LH SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

HISTÓRICO DE CONSUMO														
ITEM	C A T M A T	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	Consumo em 2023 ^[4]	Consumo em 2024 ^[5]	Consumo em 2025 ^[6]	Média de Consumo	Saldo Estoque em 21.01.2026	Saldo das Atas até 17.02.2026 (itens 1 a 10) e até 22.02.2026 (itens 11 a 14)	Quantidade inicial a licitar	+ 20% Estoque de Segurança	Quantidade Global (ajustada) para licitar	Ordens de Serviço abertas (em 22.01.2026)	Bens apontados como péssimos após inventário (Região 1 a 12) ^[7]
1	485440	ARMÁRIO ALTO FECHADO DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 900 MM X 1600 MM X 490 MM	Unid.	59	92	87	80	59	0	21	25	25	14	40
2	483904	ARMÁRIO ALTO SEMIABERTO DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 900 MM X 1600 MM X 490 MM	Unid.	52	19	26	33	61	0	-61	-77	0	3	26
3	266920	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS, DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 900 MM X 750 MM X 500 MM	Unid.	20	83	102	68	23	100	-66	-79	0	7	32
4	479932	GAVETEIRO VOLANTE 3 GAVETAS - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 460 MM X 700 MM X 450 MM ^[8]	Unid.	32	106	159	100	0	18	100	120	120	35	36
5	445682	MESA RETANGULAR - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1000 X 740 MM X 600 MM	Unid.	140	219	214	191	25	50	106	127	130	36	15
6	485842	MESA RETANGULAR - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1200 X 740 MM X 600 MM	Unid.	229	209	104	180	0	0	160	192	190	26	17
7	234879	MESA RETANGULAR - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1500 X 740 MM X 600 MM	Unid.	61	53	20	45	0	0	49	59	60	7	13
8	604575	MESA DE REFEITÓRIO COM 4 LUGARES - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1400 MM X 720 MM X 800 MM	Unid.	0	1	11	4	4	0	1	1	10 ^[9]	0	0
9	483357	MESA DE REFEITÓRIO COM 6 LUGARES DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 2000 MM X 720 MM X 800 MM	Unid.	0	0	3	1	0	0	0	0	10 ^[10]	2	0
10	460897	MESA REDONDA (Reunião) - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1200 X 740 MM X 25 MM	Unid.	26	17	10	18	0	0	18	22	20	1	4
11	458808	CADEIRA FIXA ASSISTIDO	Unid.	918	507	367	600	5	0	624	749	700 ^[11]	152	173
12	331416	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA SERVIDOR ESPALDAR MÉDIO COM BRAÇOS	Unid.	415	536	471	474	10	0	450	540	500	93	170
13	602320	CADEIRA GIRATORIA DIRETOR DEFENSOR ESPALDAR ALTO COM BRAÇOS	Unid.	146	82	94	186	2	0	184	221	180	41	51
14	364039	LONGARINA ACOLCHOADA 3 LUGARES - DIMENSÕES MÍNIMAS (L X A X P): 1530 MM X 815 MM X 515 MM	Unid.	233	177	144	200	30	85	75	90	90	40	122
TOTAIS				2.331	2.101	1.812	2.180	243	315	1667	2001	2.035	457	699

5.1.
No caso da aquisição do presente objeto, não há o que se falar em ações de contratações correlatadas, uma vez que a distribuição/entrega e montagens necessárias são realizadas pela equipe operacional Secretária de Logística da DPRJ e não precisam, necessariamente, ser adquiridas para completar algo do referido objeto.

5.2.
A estimativa das quantidades, como se vê, foi baseada no consumo histórico, no saldo atual do estoque, ou seja, quando da elaboração desse ETP, e na necessidade de atendimento de Ordens de Serviço e eventuais expansões da Instituição por atuações da Diretoria de Engenharia.

5.3. Embora adotado o Sistema de Registro de Preços, estrategicamente será estabelecida uma aquisição mínima obrigatória de bens para os itens que aqui se pretende contratar. Tal medida fundamenta-se, primordialmente, nos pilares de eficiência e interesse público.

5.4. A garantia de uma aquisição mínima reduz o risco do fornecedor e os custos logísticos de mobilização (atratividade no certame), a fim de buscar que a Administração obtenha preços mais vantajoso (economia de escala), o que poderia ser inviável em um SRP puramente estimativo dos itens.

5.5. O quantitativo mínimo estipulado busca, ainda, atender imediatamente demandas represadas, notadamente ao se observar, por exemplo, as necessidades apontadas com as Ordens de Serviço aguardando atendimento, além das condições dos bens classificados como péssimos após inventários físicos realizados nos órgãos das Regiões 01 a 12. Não se tratando, portanto, de mera expectativa, mas de demanda certa, o que, por si, justifica o compromisso de compra.

5.6. A aquisição inicial mínima garante, por fim, que os ambientes de um mesmo local sejam mobiliados com itens do mesmo lote de fabricação, assegurando total uniformidade de tonalidade, acabamento e montagem, mitigando riscos de despadronização estética e funcional, o que se procura, como apontado no Mapa de Riscos.

5.7. Por fim, a previsão de contratação mínima visa equilibrar a flexibilidade do SRP para demandas futuras com a segurança jurídica e econômica necessária para a imediata execução e atendimento das Ordens de Serviço represadas, além das que forem sendo abertas durante a realização do processo licitatório, além do plano ininterrupto de expansão Institucional.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, QUANDO HOUVER ELEMENTOS JÁ DISPONÍVEIS:

6.1. O valor estimado será sigiloso.

6.2. Com base em especificações preliminares, o método para estimativa de preços, seguindo as diretrizes dos normativos do Tribunal de Contas da União (TCU), foi a obtenção de preços junto a outras compras públicas. Esta pesquisa é preliminar, com vistas a se obter informação prévia da despesa e poderá ser refinada, sendo, portanto, aprimorada para efeito de estimativa dos valores de referência para a solução, cujos documentos de suporte e fontes de obtenção estão devidamente informadas neste Estudo.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

7.1. O agrupamento em lotes de itens a serem adquiridos é pertinente pois os bens possuem a mesma natureza e guardam relação entre si. Tal medida visa à padronização do design, tonalidade e do acabamento dos diversos móveis que comporão os ambientes de trabalho, e também garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si, especialmente no caso de reformas e inaugurações.

7.2. E ainda por tentarmos interagir com um menor número de fornecedores possível o que diminuiria a despesa administrativa de gerenciamento de todo o processo de contratação como fabricação, transporte, montagem e garantia; gerando o aumento da eficiência administrativa do setor público que passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos, e essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração.

I - *"Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si."* – Acórdão 5.260/2011 - 1ª Câmara.

7.3. Aplica-se o princípio da padronização à contratação a fim de que os produtos comprados tenham entre si compatibilidade das especificações estéticas, técnicas, de desempenho, bem como uniformidade de garantia e assistência. Assim, o parcelamento não é aplicável à totalidade do objeto e o julgamento por grupos possui potencial de gerar a máxima eficiência às aquisições, balanceando a economia de escala em função do alto volume físico e financeiro de cada grupo, e ainda por permitir (I) redução de custos de gestão de contratos; (II) e mitigação do risco de descaracterização do conjunto do objeto pretendido. Portanto, pelo alto volume de itens, e considerando principalmente os princípios da eficiência, do planejamento, da eficácia, da razoabilidade, da proporcionalidade, e da economicidade, o agrupamento de alguns itens de mesma natureza a serem adquiridos pelo mesmo fornecedor garante a seleção da proposta mais vantajosa pela Administração.

7.4. Outrossim, não é recomendável a divisão em cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em face do princípio da padronização, descrito na alínea "a", inciso V do Art. 40 da Lei n. 14.133/2021. Assim, a constituição de cotas reservadas na aplicação do benefício previsto no inciso III do art. 49 da Lei Complementar 123/2006, por meio da divisão de cada item em duas cotas distintas ocasiona, na prática, uma multiplicação - por dois - dos itens originalmente previstos, podendo redundar, ainda, na formalização de contratos com empresas diferentes, para a entrega de produtos não necessariamente idênticos - ainda que similares - e com preços unitários diversos, o que pode virtualmente inviabilizar não apenas a logística de entrega dos bens como a própria gestão dos contratos advindos do certame. Tal situação é altamente custosa administrativamente. Outro risco a que se submete a Administração, no presente processo, caso se opte pela formação de cotas, seria de mercado, na medida em que empresas fornecedoras, na qualidade de ME/EPP, possuem limitações econômico-financeiras, estruturais, de logística - inerentes ao porte de tais empreendimentos - resultando, ao cabo, em baixa capacidade de fornecimento prejudicando o atendimento das necessidades da Administração. Tal situação possui alto potencial de aumentar as chances de itens licitados sejam ao final fracassados, ou tenham na execução dos contratos níveis de serviço logísticos aquém dos critérios estabelecidos no Edital. Desta forma, pelo quanto exposto, considerando toda a logística de execução do objeto, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da divisão em cotas, não se mostra vantajoso para a Administração.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

8.1. A vedação à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio justifica-se na baixa complexidade técnica e no vulto econômico do objeto, que consiste em fornecimento de mobiliário de linha regular.

8.2. Ou seja, o mercado nacional de mobiliário é amplamente atendido por pessoas jurídicas que possuem capacidade técnica e financeira individual para o cumprimento do que se pretende.

8.3. A admissão de consórcios é medida excepcional, voltada a objetos que exigem a soma de especialidades distintas ou vulto financeiro que extrapole a capacidade média de pessoas jurídicas do setor, o que não se aplica na presente. A vedação visa, portanto, evitar a concentração de mercado e simplificar a gestão administrativa da Ata de Registro de Preços.

8.4. No mesmo sentido, a vedação à participação de sociedades cooperativas justifica-se pela natureza predominantemente mercantil e industrial do objeto. Ou seja, a contratação tem por escopo a aquisição de bens móveis industrializados, e não há previsão de prestação de serviços de mão de obra ou intelectuais, que são as atividades típicas das cooperativas.

8.5. A execução da contratação, portanto, exige que o fornecedor detenha o domínio da cadeira produtiva ou comercial, bem como capacidade logística simples para entregas fragmentadas, conforme as requisições expedidas pela Defensoria Pública.

8.6. Além disso, a exigência de garantia técnica estendida demanda uma estrutura de responsabilidade civil e "pós-venda" que é própria de sociedades empresárias, garantindo, assim, que o suporte técnico do fabricante ou fornecedor revendedor autorizado seja mantido de forma sólida durante todo o ciclo de vida do ativo, mitigando riscos de descontinuidade administrativa, por exemplo, por dissolução de grupos cooperados.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

9.1. No caso do presente objeto, não há o que se falar em ações de contratações correlatadas, uma vez que a distribuição/entrega e montagens necessárias, salvo no caso das cadeiras, são realizadas pela equipe operacional COPAT da DPRJ e não precisam, necessariamente, ser adquiridas para completar algo do referido objeto.

9.2. Importante ressaltar, ainda, que não há mais possibilidade de prorrogação das Atas dos processos E-20/001.000975/2024 e E-20/001.000976/2024, que possuem vigência até fevereiro/26, não sendo suficientes, portanto, para atender à crescente demanda e garantir um atendimento eficaz às necessidades operacionais, tendo em vista que houve a entrega de quase a totalidade dos bens requisitados.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA DPRJ:

10.1. A contratação pretendida está inserida no PCA 2026, constante no processo administrativo E-20/001.004545/2025. Bem como, a referida despesa consta provisionada na LOA 2026.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

11.1. A solução que se busca deve se atentar a otimização dos recursos públicos por meio de resultados pragmáticos, de modo a garantir o atendimento de acima de 60% das Ordens de Serviço abertas, bem como, paulatinamente, a troca de bens registrados como "péssimos", após inventários já realizados nas Regiões 01 a 12. Dentre alguns indicadores, temos, como exemplo:

11.1.1. Eficiência Operacional (a ser considerado a partir da disponibilidade dos bens) - como métrica, teremos o tempo médio observado entre a solicitação de substituição do bem (por desgaste) ou acréscimo (em razão de novas unidades/servidores) e a efetiva entrega. Como meta, teremos a redução no tempo de espera em comparação aos exercícios de 2024/2025, garantindo que nenhuma unidade da Instituição opere com déficit de postos de trabalho, por falta de mobiliário funcional. Espera-se a manutenção da continuidade do serviço público, não havendo que se falar em falta de infraestrutura física.

11.1.2. Ciclo de vida do produto (que pode ser considerado como indicador de economicidade) - como métrica, teremos o custo de aquisição diluído pelo tempo de garantia dos produtos contratados, além da vida útil esperada dos mesmos. Como meta, tem-se a necessidade de obtenção de bens com garantia de fabricação mínima de 5 (cinco) anos, visando a redução de 100% nos gastos com manutenção corretiva por parte da Instituição e peças de reposição durante o período de cobertura. Busca-se evitar a necessidade de realização de novas licitações para os mesmos itens em curto prazo, salvo se necessárias diante do aumento da Instituição, o que pode ocorrer.

11.1.3. Padronização - como métrica, sugere-se a compatibilidade de componentes e peças entre as unidades, de modo a alcançar a meta de 100% de padronização entre os itens de linha comum que se pretende adquirir, como cadeiras e mesas, por exemplo. Busca-se, assim, reduzir a complexidade na gestão do estoque e facilitação de remanejamento dos bens entre as sedes, sem maiores custos.

11.1.4. Saúde Ocupacional - como métrica, os bens devem estar em conformidade com a NR-17 (Laudo Ergonômico) e Resolução DPGERJ 1.249/2024, para que a meta de 100% do mobiliário seja entregue com certificação de atendimento das Normas de Ergonomia. Busca-se a mitigação de riscos de doenças ocupacionais entre os Defensores, servidores e estagiários, com potencial redução futura no índice de falta por motivos ortopédicos vinculados a postos de trabalho inadequados.

11.2. Com base nos princípios da administração pública, especialmente a eficiência, economicidade e o interesse público a aquisição de mobiliário busca não apenas atender à necessidade imediata do órgão, mas também representar um investimento inteligente e responsável dos recursos públicos. Como resultado espera-se, ganhos significativos em termos de funcionalidade, desempenho e sustentabilidade.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TAIS COMO ADAPTAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, NECESSIDADE DE OBTENÇÃO DE LICENÇAS, OUTORGAS OU AUTORIZAÇÕES, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

12.1. Para garantir a eficácia da contratação e a regularidade na recepção dos bens, a Administração adotará as seguintes providências prévias:

12.1.1. Organização Logística e Espaço Físico:

12.1.1.1. A Coordenação de Patrimônio (COPAT), em conjunto com a Coordenação de Material (COMAT), providenciará a liberação e organização das áreas de recepção e estocagem temporária. A disponibilização de espaço será formalizada mediante manifestação da COMAT no processo administrativo (SEI), previamente a cada Requisição. A COPAT realizará o atendimento a partir de abertura de Ordem de Serviço pelos interessados no bem.

12.1.2. **Gestão e Fiscalização da Ata de Registro de Preços:** em atendimento ao princípio da segregação de funções e à Lei nº 14.133/2021:

12.1.2.1. Previamente à assinatura da Ata, serão designados, o Gestor da Ata e os Fiscais Requisitantes.

12.1.2.2. Será realizada reunião de alinhamento técnico com os fiscais designados para instrução sobre os critérios de recebimento (conferência de laudos, certificações de ergonomia e verificação de conformidade física dos itens).

12.1.3. **Integração de Cronogramas:** considerando que parte da demanda supre sedes e órgãos em reforma ou construção, a COPAT manterá canal direto de comunicação com a Diretoria de Engenharia para sincronizar as datas de entrega com o cronograma de entrega das obras, evitando custos de armazenagem desnecessários ou danos ao mobiliário por exposição em canteiros de obra.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL; E

13.1. A presente demanda pauta-se pela **Resolução DPGERJ nº 1249/2024** e pelo **Plano de Logística Sustentável (PLS)** da Instituição, buscando mitigar impactos ambientais por meio de ações concretas e obrigações pragmáticas, tais como:

13.1.1. Medidas de Mitigação Ambiental:

13.1.1.1. **Gestão de Resíduos e Embalagens:** A futura fornecedora será responsável por recolher e dar destinação ambientalmente adequada a todos os resíduos de embalagens (plásticos, papelão, calços de poliestireno) utilizados no transporte e montagem (para o caso de cadeiras e longarinas).

13.1.1.2. **Logística Reversa de Bens Inservíveis:** No caso de substituição de mobiliário, a Coordenação de Patrimônio realizará o transbordo dos bens antigos para o depósito localizado no Rocha ou para centros de descarte ecológico parceiros da DPRJ, evitando o abandono de resíduos em aterros comuns.

13.1.1.3. **Critérios de Seleção de Insumos:** Serão priorizados bens produzidos com madeira de origem legal certificada (FSC ou equivalente) e componentes metálicos com acabamentos de baixa toxicidade, reduzindo a emissão de poluentes no longo prazo.

13.2. Condições para a Contratação:

13.2.1. Visando garantir a **ampla competitividade**, os documentos técnicos abaixo listados serão exigidos **apenas do licitante classificado em primeiro lugar**, como condição prévia à homologação, e não como requisito de participação:

13.2.1.1. **Conformidade Técnica:** Relatórios de ensaio emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, comprovando a durabilidade e segurança mecânica (NBRs que serão citadas no Termo de Referência).

13.2.1.2. **Ergonomia (Saúde Ocupacional):** Laudo de conformidade com a **NR-17**, assinado por profissional habilitado, garantindo que o produto atenda às necessidades biomecânicas dos usuários.

13.3. Responsabilidades:

13.3.1. **Área Técnica Requisitante (COPAT):** Fiscais requisitantes serão responsáveis por verificar, no ato do recebimento, se os materiais entregues condizem com as certificações ambientais e técnicas apresentadas.

13.3.2. **Contratada:** Responsável pela garantia de que a cadeia de suprimentos observa normas ambientais vigentes.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

- 14.1. Com a presente contratação espera-se viabilizar um ambiente de trabalho melhor e mais adequado para o corpo laboral da DPRJ, de modo que o desempenho de suas atividades possa proporcionar um melhor atendimento e acolhimento aos seus assistidos.
- 14.2. No mais, a contratação está em consonância com a NBR 13966:2008 e 13961:2010 da ABNT e com a NR17 dada pela Portaria MTPS n.º 3.751 de 23/11/1990, oferecendo aos servidores e ao público em geral as melhores práticas de mercado com relação a ergonomia, permitindo uma melhor adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas das pessoas, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente à natureza do trabalho a ser executado. Como resultante de longo prazo é certa a prevenção de doenças do trabalho, como por exemplo a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), tenossinovite, escoliose e hiperlordose.
- 14.3. Outrossim, pelo fato dos produtos eventualmente adquiridos serem classificados como material permanente, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, bem como na Resolução DPGERJ 1249/2024, a Administração obedecerá ao disposto na legislação específica que trata do desfazimento de bens da Administração Pública (Decreto estadual 49.289/2024), após o fim da sua vida útil, mediante o devido processo administrativo.
- 14.4. Declaramos, com base nos estudos realizados, que a aquisição pleiteada é viável, necessária e adequada a esta Instituição de modo a recompor o estoque, e por consequência atender as demandas originárias de todos os órgãos de atuação da DPRJ, bem como o atendimento a novas obras.

[1] Consulta realizada em 28.01.2026, no sítio eletrônico <https://nimbi.com.br/como-calculer-o-tco/>.

[2] Consulta realizada em 28.01.2026, no sítio eletrônico file:///C:/Users/09421126793/Downloads/cbc,+XICongresso_artigo_0448.pdf

[3] Consulta em 28.01.2026, do sítio eletrônico <https://www.tuim.com.br/aluguel-moveis/cadeira-uni-me-giratoria-preto-d6sxn2>

[4] Consulta realizada em 13.08.2025, junto ao Sistema de Ordem de Serviço - "<https://sistemas.rj.def.br/estoque/pg/ES/esMovimentoExportarOs.aspx>".

[5] Consulta realizada em 13.08.2025, junto ao Sistema de Ordem de Serviço - "<https://sistemas.rj.def.br/estoque/pg/ES/esMovimentoExportarOs.aspx>".

[6] Consulta realizada em 19.01.2026, junto ao Sistema de Ordem de Serviço - "<https://sistemas.rj.def.br/estoque/pg/ES/esMovimentoExportarOs.aspx>".

[7] Após realização de inventário junto às Regionais, a quantidade indicada nesta coluna são de bens apontados como péssimos, de forma que a curto prazo podem virar Ordens de Serviço para troca (temos priorizado o reparo, como solicitado pela Administração Superior, mas sem êxito em muitos casos, principalmente com relação às cadeiras dos Convênios já mencionados anteriormente).

[8] A partir de 2024, a Instituição passou a adotar, por diretriz da Secretaria de Logística, o modelo de gaveteiro com três compartimentos como padrão para aquisição, em substituição ao modelo anteriormente contratado com quatro compartimentos. A alteração restringiu-se ao número de gavetas, mantendo-se as mesmas dimensões mínimas exigidas. Dessa forma, para fins de levantamento e dimensionamento da demanda, foram consideradas de forma genérica as quantidades de "gaveteiros" atendidas, independentemente da variação no número de compartimentos.

[9] Há previsão de construção de novas sedes, de modo que, por experiência em outras atuações da Engenharia, com previsão de Copas, as mesas de refeitório são necessárias para melhor posicionamento dos usuários.

[10] Idem.

[11] Em consulta realizada no dia 19.08.2025 (<https://sistemas.rj.def.br/sdesk/pg/SD/sdPatrimonioMaterialConsulta.aspx>) verificou-se consumo de 315 cadeiras de assistidos nos últimos 12 meses (período de 31.07.2024 a 31.07.2025), além disso, há 42 OSs abertas aguardando atendimento. Assim, nos últimos 12 meses há previsão de consumo total de mais de 50% da quantia que se pretende licitar, sem esquecer de considerar, ainda, as futuras obras para o ano de 2026, que, em regra, pelo planejamento da Engenharia, entregamos cadeiras novas.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 27/04/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2080632** e o código CRC **7230108C**.